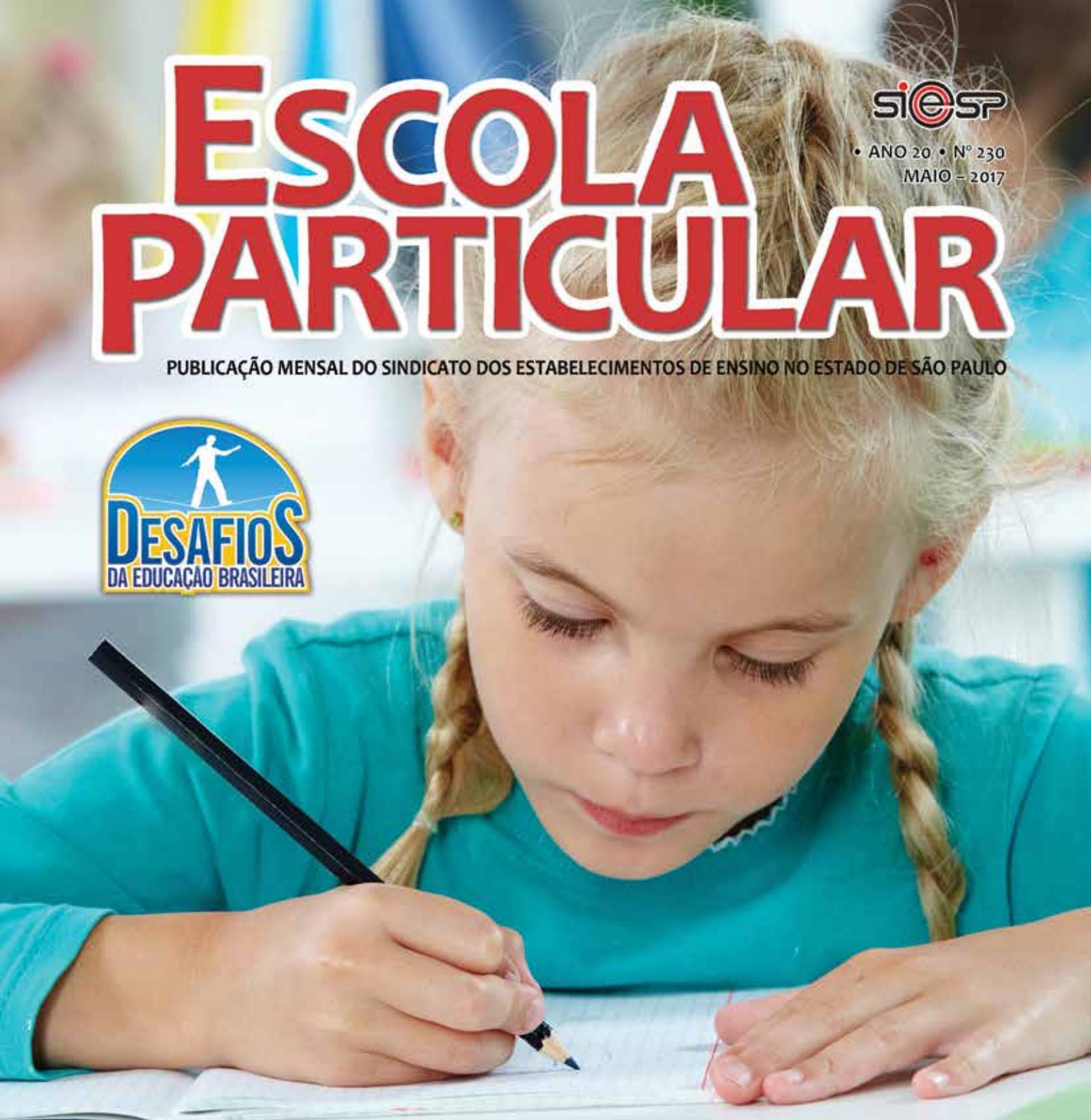


ESCOLA PARTICULAR

siesp

• ANO 20 • Nº 230
MAIO - 2017

PUBLICAÇÃO MENSAL DO SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO NO ESTADO DE SÃO PAULO



INVESTIR NA BASE

O olhar para a educação inicial



Censo da Escola Privada no Estado de São Paulo





imprensa@sieesp.com.br

DIRETORIA

Presidente

Benjamin Ribeiro da Silva
Colégio Albert Einstein

1º Vice-presidente

José Augusto de Mattos Lourenço
Colégio São João Gualberto

2º Vice-presidente

Waldman Biolcati
Curso Cidade de Araçatuba

1º Tesoureiro

José Antônio Figueiredo Antiório
Colégio Padre Anchieta

2º Tesoureiro

Antônio Batista Grosso
Colégio Átomo

1º Secretário

Itamar Heráclio Góes Silva
Educ Empreendimentos Educacionais

2º Secretário

Antônio Francisco dos Santos
Colégio Novo Acadêmico

DIRETORES DE REGIONAIS

ABCDMR

Oswana M. F. Fameli - (11) 4437-1008

Araçatuba

Waldman Biolcati - (18) 3623-1168

Bauru

Gerson Trevisani - (14) 3227-8503

Campinas

Antonio F. dos Santos - (19) 3236-6333

Guarulhos

Wilson José Lourenço Júnior - (11) 4963-6842

Marília

Luiz Carlos Lopes - (14) 3413-2437

Ribeirão Preto

João A. A. Velloso - (16) 3610-0217

Osasco

José Antonio F. Antiório - (11) 3681-4327

Presidente Prudente

Antonio Batista Grosso - (18) 3223-2510

Santos

Ermenegildo P. Miranda - (13) 3234-4349

São José dos Campos

Maria Helena Bitelli Baeza Sezaretto - (12) 3931-0086

São José do Rio Preto

Cenira Blanco Fernandes Lujan - (17) 3222-6545

Sorocaba

Edgar Delbem - (15) 3231-8459

MAIO DE 2017

Editor

Adhemar Oricchio - MTB 8.171

Repórteres

• Gisele Carmona
• Ygor Jegorow

Assessoria de Imprensa e

Produção Editorial

Editor-chefe: Adhemar Oricchio
Editor gráfico: Balduino Ferreira Leite
Site: Gisele Carmona
Redes Sociais: Ygor Jegorow
Impressão: DuoGraf

Colaboradores

• Ana Paula Saab • Antonio Higa
• Carlos Alberto Nonino
• Clemente de Sousa Lemes
• Ivaci de Oliveira • Jocelin de Oliveira
• José Maria Tomazela • José Rodrigues
• Ulisses de Souza

www.sieesp.com.br

Rua Benedito Fernandes, 107 - São Paulo - SP
CEP 04746-110 - (11) 5583-5500

Os artigos assinados nesta publicação são de inteira responsabilidade dos autores.

4

Matéria de Capa

Investir na base: o olhar para a educação inicial

12

Censo Escolar 2016

Censo da escola privada no estado de São Paulo

38

Jurídico

A importância da regularidade fiscal das instituições de ensino

20

Aprendizagem

Escola da Ponte - Uma comunidade de aprendizagem

44

Autismo

Como é o tratamento do autismo?

24

Alerta Digital

Baleia Azul

48

Inclusão

Educação inclusiva: mais afetividade e menos reclamação

28

Ensino Médio

Reforma do Ensino Médio mobiliza o Sieceesp

52

Obrigações

30

Cursos Sieceesp 2017

Os novos cursos do Sieceesp

54

Cursos

34

Aprendizado

Conteúdos e competências na sala de aula



Benjamin
Ribeiro da Silva
Presidente do Sieceesp

benjamin@einstein24h.com.br

O acesso às creches

Apesar dos avanços e das tentativas de amenizar os graves problemas econômicos e sociais, ainda temos um longo caminho a percorrer para resolver as demandas na área educacional. O setor de creches, por exemplo, foi duramente atingido pelo não cumprimento de promessas. Por lei, o país deveria ofertar vagas em creches para 50% das crianças menores de 4 anos de idade. É mais uma meta constante do PNE. Atualmente o país atende apenas a 25,6% das crianças nessa faixa etária. Como atingir as metas e atender essa importante parcela da população que necessita a prestação desse serviço, que é a base da educação?

Esse percentual de atendimento ainda está bastante distante da meta estipulada pelo Plano Nacional de Educação para 2024. Os números significam que, dentre as 10,3 milhões de crianças nesta faixa etária no Brasil, 7,7 milhões não estão matriculadas na educação infantil. Os dados fazem parte do estudo “Aspectos dos cuidados das crianças de menos de 4 anos de idade”, publicado no final do mês de março pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2015.

Não podemos perder de vista que o início do ciclo estudantil é a base de tudo para o desenvolvimento do ser humano, pois a creche não tem só o papel de dar os primeiros passos para o letramento das crianças,

mas contribui fortemente para o aprimoramento social, da saúde, da higiene e da sociabilidade. O PNAD 2015 estimou que os 10,3 milhões de crianças com menos de 4 anos no país correspondem a 5,1% da população brasileira. A presença de crianças desse grupo etário foi registrada em 13,7% dos domicílios.

As pesquisas no setor educacional revelam situação preocupante e, não fosse a iniciativa privada, o caos seria total. No caso das creches, por exemplo, o setor só não entrou em colapso em São Paulo devido às escolas conveniadas que suprem grande parte da demanda por vagas.

Apesar da desaceleração da economia e da recessão, dados de um trabalho elaborado pela Fundação Getúlio Vargas para a Fenep demonstram a importância do setor privado de ensino: de 2003 a 2015 as matrículas em estabelecimentos particulares de ensino cresceram de 10 para 15 milhões, do ensino básico ao superior; são 41.400 estabelecimentos, sendo mais de 39.000 no ensino básico. O número de empregados no segmento totalizou 2.451.485, no fim de 2014. O setor alcançou uma participação no PIB de 1,4%, 0,2 ponto porcentual acima da média dos 10 anos anteriores; em valores monetários referentes a 2014, mas atualizados pela inflação para 2016, os serviços ofertados pelo setor educacional privado às famílias, a preços básicos, isto é, sem a adição dos impostos e con-

Os dados fazem parte do estudo “Aspectos dos cuidados das crianças de menos de 4 anos de idade”, publicado no final do mês de março pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

tribuições incidentes sobre bens e serviços, estão avaliados em R\$ 111,387 bilhões. Este o valor anual que o setor público teria que dispor para absorver os serviços prestados pela escola particular.

Nós, representantes do setor privado de ensino, acreditamos que podemos contribuir de maneira significativa para o engrandecimento da educação brasileira, porém, precisamos ter respeitado o trabalho que realizamos.



INVESTIR NA BASE

O olhar para a educação inicial

A revista Escola Particular está de volta com a série que debate os Desafios da Educação Brasileira e, para essa edição, trouxemos o professor João Carlos Martins, Doutor em Psicologia da Educação, Mestre em Educação, Sociólogo, Historiador, Administrador Escolar, Psicopedagogo, Educador e Gestor com experiência em docência, Coordenação e Direção escolar.

Consultor e palestrante educacional em todo o Brasil. Professor de Ensino Superior. Autor de livros didáticos e paradidáticos. Pesquisador na área de formação de professores. Ganador do Prêmio Gestor Educacional do ano de 2008. Diretor Geral do Colégio Renascença e Sócio-diretor da HUMUS consultoria. Homenageado no congresso SABER 2012, medalha de mérito educativo pelos serviços prestados à educação.

Acompanhe a entrevista:

Escola Particular: Na sua concepção, qual o grande desafio da Educação brasileira? Como superá-lo e o que devemos fazer para chegar ao resultado satisfatório?

João Carlos Martins: Pensar na Educação Brasileira é pensar em todas as dificuldades impostas pela conjuntura histórica nacional. Podemos afirmar que um dos grandes desafios é investir na base – na educação dos anos iniciais. Temos que oferecer condições a nossa população, repertório para um desenvolvimento significativo e verdadeiro. Precisamos de menos promessas e aplicar o Projeto Educacional para a sociedade brasileira, com metas claras e investimentos na formação dos professores. Repensar qual é o sentido e a urgência da educação para o século XXI.

Do ponto de vista quantitativo, estamos próximos da meta da universalização do ensino fundamental de nove anos na idade correta. No entanto, cerca de 460 mil crianças entre 6 e 14 anos (IBGE – PNAD / 2014) ainda estão fora da escola, no geral aquelas em condições mais vulneráveis.

Porém, mais do que somente atingir 100% de alunos no ensino fundamental na idade correta, é importante que essa população tenha um ensino de qualidade.

Logo, esse se tornou o nosso desafio maior : ensino de qualidade.

EP: A aprovação do Plano Nacional de Educação, em 25 de junho de 2014, acionou a contagem regressiva para o país implementar políticas públicas que visem o cumprimento de metas estabelecidas até 2024, isso nos três

Ao se falar em educação é preciso considerar que o propósito fundamental da educação é a formação do ser humano em todas as suas dimensões

freepik.com

João Carlos Martins é Doutor em Psicologia da Educação, Mestre em Educação, Administrador escolar, Psicopedagogo, Consultor educacional, Autor de livros didáticos e paradidáticos, Professor universitário e Diretor Geral do Colégio Renascença.



níveis de governo – municipal, estadual e federal. Alguns prazos já venceram e projetos e estratégias já definidas ainda não foram cumpridas por vários fatores, entre eles a burocracia governamental e a falta de vontade política. Na sua concepção, como recuperar esse tempo perdido? Quais os prejuízos que a educação brasileira e os nossos jovens sofreram? O que fazer para que a nossa educação dê um passo adiante para ficar fora das tristes pesquisas mundiais?

JCM: Recuperar o tempo perdido? Recuperar esse tempo será difícil, o preço é alto demais para a nossa sociedade, mas podemos, sim, avançar mais rápido com um Plano Nacional de Educação que apresente meta real e investimentos necessários.

Ao se falar em educação é preciso considerar que o propósito fundamental da educação é a formação do ser

humano em todas as suas dimensões. O discurso sobre “formação integral” de estudantes do Infantil ao Ensino Médio perde-se no processo de ensino e de aprendizagem e está distante da realidade nacional.

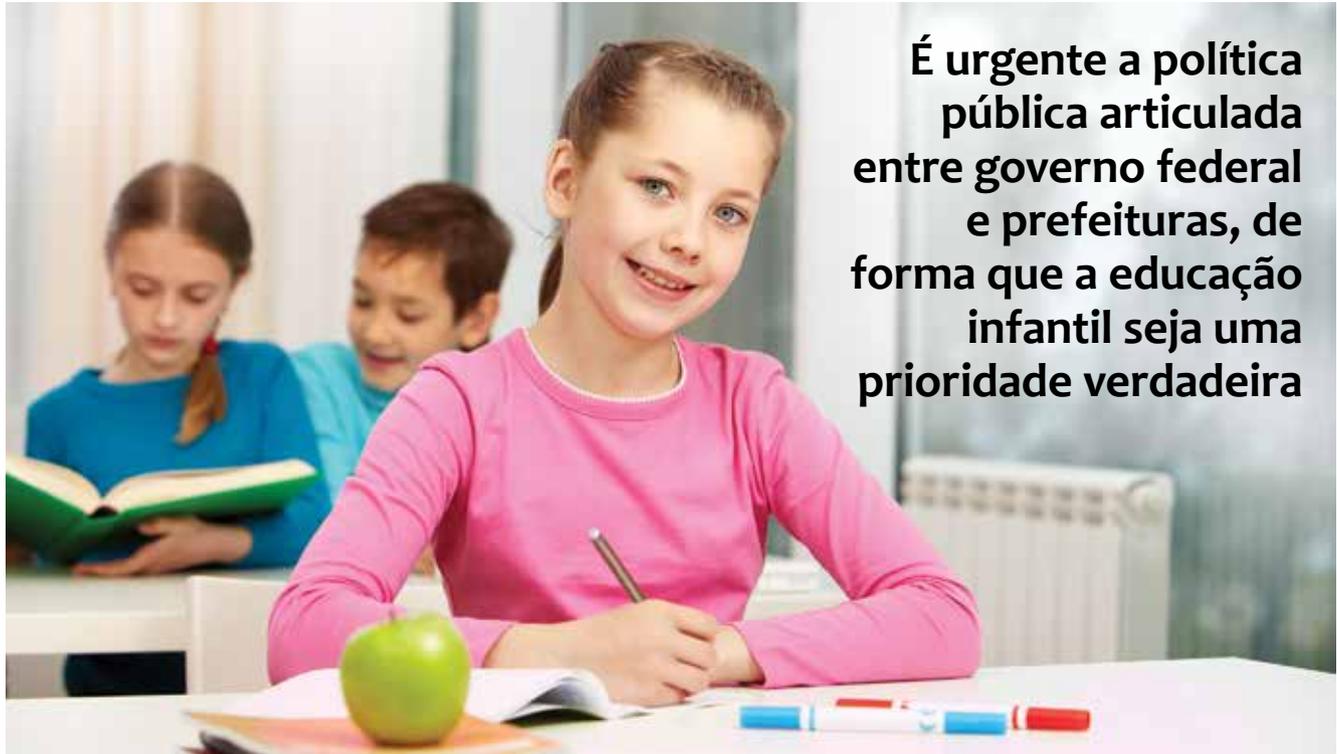
Infelizmente o ensino público é o maior prejudicado. Temos algumas escolas que são exaltadas na mídia como ilhas de excelência. Deveríamos ter isso como regra para todas as escolas.

O que se espera da educação e do ensino é que seus protagonistas apresentem uma consciência reflexiva, crítica e solidária, que superem a ingenuidade e o descompromisso frente aos problemas e fragilidades do processo educacional.

EP: A Educação brasileira sempre foi tratada como um Plano de Governo, ficando ao sabor das transformações

políticas como a troca de mandatários, ministros, secretários e dirigentes educacionais, mudando de acordo com as ideias e concepções de cada detentor do poder. Não está na hora de tratar esse importante setor como um Projeto de Estado, definindo planos a serem cumpridos até a sua execução final, com o cumprimento das metas previamente estabelecidas? Temos muitos exemplos de países com economia e densidade demográfica e populacional menos expressivas do que o nosso e elegeram a educação como fator de desenvolvimento, alcançando seus objetivos em poucas décadas. A saída é essa mesmo?

JCM: Sim! Precisamos de projetos e planos que sejam agregadores. Visando o futuro, com metas estabelecidas independente de pessoas e/ou interesses partidários. Os planos personalistas de >>>



É urgente a política pública articulada entre governo federal e prefeituras, de forma que a educação infantil seja uma prioridade verdadeira

freepik.com

governo tendem ao fracasso e a população, como sempre, colhe os prejuízos.

O Brasil só avançará na área educacional se a educação for um projeto prioritário para o Estado brasileiro.

Nosso país é multicultural, com diversidades abrangentes e complexas, afetado por questões inter, multi e transdisciplinares. E lamentavelmente, o espaço escolar brasileiro ignora esse contexto, por isso, nosso ensino é fragmentado e dissociado da realidade política, social, histórica, econômica e cultural.

EP: Começamos pela Educação Básica: o setor de creches foi duramente atingido pelo não cumprimento de promessas. Por lei, o país deveria ofertar vagas em creches para 50% das crianças até 3 anos de idade. É mais uma meta constante do PNE. Atualmente o país atende a 27,9% das crianças nessa faixa de idade. Como atingir as metas e atender essa importante parcela da população que necessita da prestação desse serviço, que é a base da educação?

JCM: A meta número 1 do P.N.E fala da importância de ações governamentais em relação a educação da criança. Destaca que é declarado neste documento a inclusão das creches como parte da universalização da Educação Infantil.

Faltam vagas para garantir o acesso das crianças de 4 a 5 anos, cerca de 600

mil. O número aumenta se pensarmos na população de 0 a 3 anos e nas desigualdades regionais.

Destaca-se também que a universalização da educação infantil é de responsabilidade dos municípios, com apoio do Estado e da União na expansão da rede pública e na formação de profissionais da educação. É urgente a política pública articulada entre governo federal e prefeituras, de forma que a educação infantil seja uma prioridade verdadeira.

EP: O PNE tinha como meta elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e erradicar o analfabetismo absoluto até o final de sua vigência, em 2024. Outra meta, a redução em 50% da taxa de analfabetismo funcional. O Pnad, do IBGE, mostra uma taxa de analfabetismo absoluto de 8,5%, enquanto o Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf), do Instituto Paulo Montenegro registra um percentual bem mais elevado de analfabetos ou pessoas que têm nível rudimentar de alfabetização. Como atingir esses índices absolutos e erradicar de vez o analfabetismo no Brasil?

JCM: Erradicar o analfabetismo conversa direto com a qualidade do ensino que temos nas escolas e com a preocupação de investirmos nos anos iniciais, base da educação.

Dados do censo demográfico de 2010 revelaram que 15,2% das crianças brasileiras com 8 anos que cursavam o ensino fundamental eram analfabetas, grande parte delas concentrada nas regiões norte/nordeste do país. Como estatística para alcançar a meta citada, busca-se o desenvolvimento de tecnologias e inovação de práticas pedagógicas capazes de alfabetizar bem como avaliações periódicas de processo.

A alfabetização deve ir além da decodificação de signos, deve sim ser a apropriação da leitura e da escrita como forma de interação com o mundo, como prática social.

EP: Embora a porcentagem de crianças e adolescentes na faixa etária de 6 a 14 anos que frequentam o ensino fundamental seja elevada (93,9%), esse indicador tem se mantido estável nos últimos anos e ainda distante da meta de universalização estabelecida no Plano Nacional de Educação. Como vencer essa distância e incluir a população de maior vulnerabilidade social e enfrentar as desigualdades regionais?

JCM: A meta da universalização do ensino precisa ser encarada além do caráter quantitativo e do tempo da criança na escola.

As estratégias para atingir essa meta envolvem alternativas pedagógicas que >>>

EDU Card

Atende às necessidades de acesso e segurança em sua instituição



A simplificação dos processos de pagamento no campus representa um dos desafios mais comuns nas instituições educacionais. Sabemos que a facilidade de operação, controle de consumo e acessibilidade são vitais para o desenvolvimento desse processo.

A solução da Ricoh, o EDU Card, foi concebido para ajudar às instituições educacionais a se tornarem centros modernos de ensino, com políticas de BYOD (sigla em inglês para Traga seu próprio dispositivo), controles de acesso a portas, estacionamentos e armários, entre outras vantagens.

Principais Benefícios:

- Controle do consumo de fácil utilização para o usuário ou departamento.
- Acessibilidade em todo o campus. É possível escolher cartões com chip, cartões de aproximação, códigos PIN ou dispositivos móveis. Controle de acesso a portas, estacionamentos e armários, entre outros.
- Uma única plataforma para simplificar a experiência do usuário.
- Rapidez no processo de pagamentos em restaurantes e integração possível com máquinas de venda automática.
- Recarga de cartões em pontos localizados no campus ou por meio da Internet.
- Integração de cartões atuais



Nossas soluções incluem:



Soluções de digitalização de documentos físicos e impressão móvel de e para a nuvem.



Relatórios automatizados e em tempo real de consumo e despesas.



Ofereça melhores serviços com a possibilidade de carregar o valor no centro de custo com facilidade e segurança.



Integração de documentos a repositórios tradicionais como DropBox, Google Drive e Blackboard, assegurando melhores sistemas de informação, mobilidade e disponibilização de conteúdos.



Campus Print, Color Coverage Analyzer, Quiosques de impressão, ICE Education Package, Serviços assistidos, Centros de impressão.



se adequem às diferentes realidades do cenário brasileiro, constituído por diferentes comunidades e grupos, bem como a valorização dos profissionais da educação, problemática essa central nas discussões acerca da educação brasileira.

Nosso país é enorme e precisa de ações educacionais que levem em conta as diferenças e as estratégias para que todos sejam desafiados e possam crescer em conhecimento e competência.

EP: Uma das metas do PNE é universalizar, até 2016, o atendimento a toda população de 15 a 17 anos. Para atrair os jovens ao ensino médio e mantê-los na escola, o plano deixa evidente, por meio das estratégias, que recomenda o esforço de aproximar essa etapa de ensino à realidade dos estudantes, o que envolve a revisão do currículo escolar. Poderíamos falar do problema do ensino médio, evasão dos jovens que não conseguem concluir essa etapa e fazer uma reflexão sobre a revisão curricular – necessidades, erros e acertos;

JCM: A discussão sobre currículo que representa caminho, escolhas é fundamental nesse cenário. Nossos jovens saem da escola por não encontrar nela atrativo, motivação e projeto de vida. Re-

produzir conhecimentos não atende mais aos alunos e seus desafios do século XXI.

Vivemos um grande dilema entre dar resultados, acumular conhecimentos seja para o Enem, para os vestibulares e/ou darmos sentido em sala de aula às necessidades e angústias de nossos jovens. Isso vale para a escola pública e também para a particular, que hoje massacra os adolescentes com conteúdo, simulados, avaliações... e dá pouco tempo para olhar suas angústias, necessidades.

Vivemos em um mundo globalizado, informatizado, interconectado, no entanto o espaço escolar não incentiva, acolhe, promove, cria espaços para inovações.

É necessário em repensar a prática educativa e suas intenções. Inovar e ir além da aquisição de recursos tecnológicos.

EP: O Ensino Médio, maior gargalo da educação, com desempenho estagnado e altas taxas de evasão e reprovação ganhou um plano federal focado em especializa-





ção, com a flexibilização de disciplinas e o incentivo à expansão do ensino em tempo integral. A Medida Provisória 746 entrou compulsoriamente na pauta do Congresso Nacional e deve ser votada em 120 dias. Gostaríamos da sua opinião sobre o plano, sua validade, seus erros e acertos e a oportunidade do seu encaminhamento através de medida provisória.

JCM: Quanto ao Ensino Médio faltou a discussão com educadores, alunos e a sociedade em geral.

A seção IV da LDB trata das bases do Ensino Médio, com a subdivisão da IVA da educação profissional técnica de nível médio, tema atual e polêmico. O Ensino Médio atual passa por grandes transformações, alterada pela medida provisória 746/2016.

A alfabetização deve ir além da decodificação de signos

A reforma “apresenta” um caráter neoliberal, que procura atender às demandas de qualificação do mercado e da lógica capitalista, assim como a dificuldade real de viabilização da proposta, nas escolas públicas, com o corte de recursos do governo. Na prática, parece que a reforma fortalece a ideia de dualismo histórico do Ensino Médio (cultura geral para formação da elite e ensino técnico profissional para as classes trabalhadoras).

É preocupante pensar em jovens sem repertório cultural fazendo escolhas e definindo seu futuro.

Na reforma do Ensino Médio, mais uma vez, observa-se a visão fragmentada e um pseudo-avanço, por ser superficial e ilusório em seu resultado. Certamente, deve-se considerar a educação básica como um todo e não simplesmente no “seu gargalo” que é o segmento final.

Os estudantes do Fundamental estão preparados para enfrentar as mudanças propostas do Ensino Médio?

EP: Deixamos para o final, mas é um dos assuntos mais importantes do desafio da educação brasileira, a formação do professor: erros e acertos e a melhor forma de conduzir essa questão; »»

Suporte Jurídico e Soluções Inteligentes



Com 30 anos de **experiência**, a CCFM oferece a mais **completa** Assessoria Jurídica Preventiva e Contenciosa, através de **estratégias** para **Instituições de Ensino**.

- Contrato de Prestação de Serviços Educacionais;
- Negociação junto aos responsáveis financeiros/Ações de Cobrança;
- Defesas em Mandados de Segurança;
- Ação de Manutenção de Convênios Médicos;
- Ação Revisional de Contrato de Locação;
- Defesas de Auto de Infração do Ministério Público do Trabalho;
- Defesas de Execuções Fiscais.

Rua Voluntários da Pátria, 1088, 2º Andar | CEP: 02010-100
Santana | São Paulo/SP | 11 3513-5080
advocacia@ccfmadvocacia.com.br | www.ccfmadvocacia.com.br



**Celso Carlos
Fernandes e Melo**
advocacia



freepik.com

JCM: Formação de professores, valorização docente é base para toda e qualquer reforma e conquista de resultados.

É preciso reconhecer as fragilidades, tantas vezes, evidentes, nos cursos universitários que preparam, ou deveriam preparar, tanto na teoria quanto na prática, a formação profissional de futuros professores que, em sua maioria distancia o que, efetivamente, os estudantes vivenciaram, no cotidiano, de seus conteúdos ministrados.

Gestores pedagógicos e diretores escolares, também em bom número, não se atualizam o suficiente para acompanhar a evolução dos tempos e atuarem com competência na formação contínua de seus professores.

Quatro foram as metas propostas pelo Plano Nacional de Educação no que diz respeito especificamente à formação de professores. Dois aspectos são fundamentais ao se tratar da qualificação dos professores e da valorização da profissão docente, formação acadêmica e a condições adequadas de trabalho e remuneração.

O documento considera urgente a necessidade de elevação da qualidade da formação dos profissionais da educação, bem como da expansão quantitativa do número de professores. Nessa perspectiva, é objetivo do PNE desenvolver políticas públicas que motivem e insiram a juventude no magistério, assim como fortalecer as licenciaturas nas universidades públicas.

Na contramão desse processo, nas últimas décadas cresceram as faculdades privadas que ofertam cursos de licenciatura e de pedagogia (alguns de baixa qualidade) e dependendo da qualidade e seriedade do curso comprometem a formação de bons profissionais.

EP: O ensino profissionalizante também pode ser discutido entre os desafios, portanto, fique à vontade para incluir outros itens que considerar importante nesse debate.

JCM: Acredito que precisamos valorizar em nossas escolas (públicas e particulares) a educação colaborativa, a

sala de aula como espaço para pesquisa, desafios, trocas de conhecimentos, isto é, um verdadeiro laboratório social.

A cultura do saber individualizado na dinâmica escolar parece não perder sua força, no entanto, para que se obtenha resultados significativos com os estudantes, é necessário abrir portas às relações inter-subjetivas, parceiras, colaborativa.

Os tempos são outros, as demandas são outras, os estudantes são outros, as emergências são muitas e nosso país precisa de mudanças na Educação que sejam efetivas para o salto no desenvolvimento intelectual e emocional que tanto desejamos e que está tão distante. ●

**Os tempos
são outros,
as demandas
são outras, os
estudantes
são outros**



freepik.com

MÓDULO FINANCEIRO E COBRANÇA.

EDUXE

DUAS FERRAMENTAS QUE
VÃO AJUDAR A SUA ESCOLA
A CRUZAR ESSA LINHA.



Conheça mais funcionalidades em
www.eduxe.com.br

Acesse nossas redes sociais:

 [facebook.com/eduxeweb](https://www.facebook.com/eduxeweb)

 [instagram.com/eduxe_](https://www.instagram.com/eduxe_)

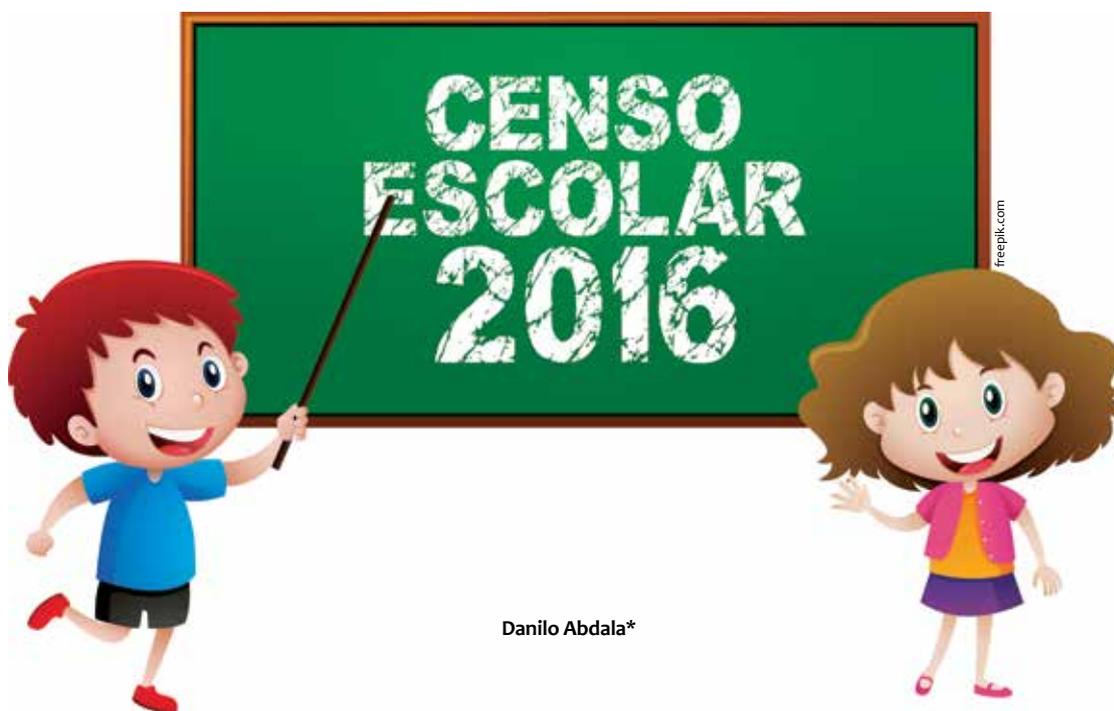


Experimente grátis.

Utilize o Qr Code ao lado
ou acesse www.eduxe.com.br

+55 11 5632.3666
relacionamento@qts.com.br





Danilo Abdala*

Censo da Escola Privada no Estado de São Paulo

O Censo Escolar apresenta os dados consolidados do questionário que todas as escolas da Educação Básica, públicas e privadas respondem ao INEP anualmente.

Aos dados apresentados do Censo Escolar 2016, acrescentamos os dados históricos do censo a partir de 2009.

Estabelecemos comparações entre crescimento de cada segmento educacional das escolas federais, municipais, estaduais e privadas, todas urbanas. Dessa forma, os mantenedores terão um material rico para reflexão, análise e tomada de decisão.

Os dados apresentados foram disponibilizados pelo MEC e são os mais

atualizados disponíveis. Diferenças de números podem ser encontradas, uma vez que existem alterações de acordo com a fonte utilizada. Tal fato não compromete o estudo, cujo objetivo é evidenciar tendências. Ou seja, essas diferenças não comprometem uma visão macro sobre o comportamento do mercado.

1 - Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. Sinopse-Estatística da Educação Básica 2016. (online) Brasília: Inep, 2017. 2017/03/04. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-de-educacao-basica>



Matrículas

No ano de 2016, mesmo com o desempenho da economia, cujo PIB recuou 3,6%, observa-se um crescimento das matrículas das escolas privadas no Estado de São Paulo. Em 2016, a escola privada paulista recebeu aproximadamente 27.000 alunos a mais que o ano anterior, o que aponta crescimento de 1%.

Dados da Educação Básica do Estado de São Paulo (EI+EF+EM+EP+EJA) 2009-2016

Ano	Crescimento Geral % (Ano a Ano)	Educação Básica (EI+EF+EM+EP+EJA)					Crescimento da Escola Pública %	Crescimento da Escola Privada %	Participação da Escola Privada
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada			
2016	0,99%	10.223.637	18.631	3.984.608	3.894.545	2.325.853	0,92%	1,22%	22,75%
2015	-1,48%	10.123.840	16.878	3.990.938	3.818.113	2.297.911	-2,84%	3,46%	22,70%
2014	-0,05%	10.275.926	10.919	4.216.762	3.827.111	2.221.134	-1,38%	5,10%	21,61%
2013	-0,59%	10.280.622	11.989	4.350.658	3.804.535	2.113.440	-1,53%	3,20%	20,56%
2012	-0,26%	10.342.134	8.038	4.478.245	3.808.031	2.047.820	-1,36%	1,51%	19,80%
2011	-0,83%	10.368.876	6.082	4.603.001	3.799.200	2.017.319	-2,07%	7,87%	19,46%
2010	-1,17%	10.455.897	6.424	4.711.259	3.868.006	1.870.208	-2,13%	3,52%	17,89%
2009		10.579.257	6.088	4.860.242	3.906.233	1.806.694			17,08%

(Educação Infantil - Ensino Fundamental - Ensino Médio - Educação Profissional - EJA)

Apresentamos, nas próximas tabelas, o comportamento dos diversos segmentos educacionais. Destacamos a Educação Infantil, cujo crescimento se mantém constante ao longo dos anos abordados. Essa é uma tendência que deve permanecer, uma vez que o Estado não tem condições de oferecer vagas dentro da necessidade da sociedade.



Matrículas - Educação Infantil

Ano	Crescimento Geral % (Ano a Ano)	Educação Infantil					Crescimento da Escola Pública %	Crescimento da Escola Privada %	Participação da Escola Privada
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada			
2016	4,06%	2.146.670	634	866	1.419.572	725.598	4,22%	3,74%	33,80%
2015	2,74%	2.062.917	326	1.068	1.362.087	699.436	1,86%	4,51%	33,91%
2014	3,94%	2.007.881	337	1.259	1.337.048	669.237	3,15%	5,58%	33,33%
2013	4,29%	1.931.684	333	1.239	1.296.241	633.871	3,65%	5,63%	32,81%
2012	5,67%	1.852.262	360	1.199	1.250.596	600.107	4,37%	8,47%	32,40%
2011	3,40%	1.752.928	365	1.295	1.198.010	553.258	0,07%	11,44%	31,56%
2010	2,43%	1.695.269	357	1.287	1.197.165	496.460	1,42%	4,97%	29,29%
2009		1.654.981	279	1.192	1.180.558	472.952			28,58%

(Educação Infantil - Ensino Fundamental - Ensino Médio - Educação Profissional - EJA - urbanas)

As matrículas na Educação Infantil das escolas privadas apresentaram um aumento de 3,74%. Nesse segmento, como já foi destacado, essa tendência deve permanecer, uma vez que existe uma grande defasagem entre a necessidade e a oferta de vagas. >>>

* Danilo Almeida Abdala é graduado em Administração Escolar, Pós Graduado em Gestão de Negócios, especialista em gestão de Sistemas de Ensino e Escolas.

MSM
MUNHOZ SOARES
MARTINHO
— Sociedade de Advogados —

**ASSESSORIA JURÍDICA
SOLUÇÕES EDUCACIONAIS**

Com mais de 10 anos de experiência, o MSM propõe soluções para a redução da inadimplência, interpretação da legislação educacional, ações específicas visando a prevenção de riscos trabalhistas e gestão financeira para a sua escola.



www.msmapvogados.com.br



contato@msmapvogados.com.br



11 2366 8326



Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.550 - cj 2706
Chácara Santo Antônio
Cep 04711-130 - São Paulo

Conciliação Cível Contratos Trabalhista Cobrança



Matrículas - Ensino Fundamental

Ano	Crescimento Geral % (Ano a Ano)	Ensino Fundamental - Regular - 2017					Crescimento da Escola Pública %	Crescimento da Escola Privada %	Participação da Escola Privada
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada			
2016	0,19%	5.343.661	230	1.976.041	2.284.557	1.082.833	0,71%	3,87%	20,26%
2015	-3,02%	5.333.680	213	2.022.141	2.268.886	1.042.440	4,24%	1,52%	19,54%
2014	-2,40%	5.499.971	197	2.180.111	2.292.860	1.026.803	3,50%	2,13%	18,67%
2013	-2,27%	5.635.164	190	2.332.719	2.296.856	1.005.399	3,29%	2,19%	17,84%
2012	-2,07%	5.765.903	203	2.447.074	2.334.747	983.879	2,96%	2,02%	17,06%
2011	-1,64%	5.887.722	216	2.563.326	2.359.825	964.355	2,53%	2,84%	16,38%
2010	-1,19%	5.985.884	232	2.637.107	2.410.776	937.769	2,09%	3,69%	15,67%
2009		6.057.884	231	2.720.685	2.432.559	904.409			14,93%

(Educação Infantil - Ensino Fundamental - Ensino Médio - Educação Profissional - EJA - urbanas)

No Ensino Fundamental, as matrículas da escola privada permanecem crescendo como nos últimos sete anos. Em 2016, observa-se um aumento de 3,87% pontos percentuais, se comparados a 2015. Em números, o Ensino Fundamental na escola privada recebeu mais de 40.000 matrículas em 2016.



Matrículas - Ensino Médio

Ano	Crescimento Geral % (Ano a Ano)	Ensino Médio - Regular					Crescimento da Escola Pública %	Crescimento da Escola Privada %	Participação da Escola Privada
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada			
2016	0,64%	1.862.280	4.529	1.556.752	22.326	278.673	0,99%	-1,31%	14,96%
2015	-4,01%	1.850.513	3.514	1.541.963	22.655	282.381	-4,64%	-0,39%	15,26%
2014	1,92%	1.927.855	2.636	1.617.899	23.827	283.493	1,78%	2,72%	14,71%
2013	0,34%	1.891.609	2.979	1.588.185	24.470	275.975	0,12%	1,66%	14,59%
2012	0,65%	1.885.107	1.217	1.588.819	23.592	271.479	-0,11%	5,42%	14,40%
2011	1,81%	1.872.887	1.483	1.590.929	22.957	257.518	1,55%	3,48%	13,75%
2010	4,68%	1.839.535	1.781	1.567.127	21.769	248.858	5,01%	2,60%	13,53%
2009		1.757.344	1.721	1.492.642	20.432	242.549			13,80%

(Educação Infantil - Ensino Fundamental - Ensino Médio - Educação Profissional - EJA - urbanas)

No Ensino Médio, a escola privada em 2016 apresenta uma variação mínima nas matrículas. Por esta razão e pelo aumento dos alunos da rede pública, a participação de mercado também sofreu ajuste, saiu de 15,26% para 14,96%.



Matrículas - Educação Profissional

Ano	Crescimento Geral % (Ano a Ano)	Educação Profissional					Crescimento da Escola Pública %	Crescimento da Escola Privada %	Participação da Escola Privada
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada			
2016	0,40%	423.064	13.006	168.448	21.408	220.202	0,60%	0,21%	52,05%
2015	6,19%	421.391	12.647	169.844	19.170	219.730	26,37%	-7,39%	52,14%
2014	10,41%	396.826	7.579	138.940	13.056	237.251	-4,53%	23,39%	59,79%
2013	0,69%	359.427	8.309	146.370	12.463	192.285	-1,90%	3,05%	53,50%
2012	3,80%	356.962	5.973	151.520	12.878	186.591	3,44%	4,13%	52,27%
2011	4,47%	343.902	3.759	146.036	14.911	179.196	10,50%	-0,52%	52,11%
2010	4,53%	329.180	3.726	130.368	14.957	180.129	5,06%	4,09%	54,72%
2009		314.919	3.557	122.560	15.753	173.049			54,95%

(Educação Infantil - Ensino Fundamental - Ensino Médio - Educação Profissional - EJA - urbanas)

Na Educação Profissional, houve uma manutenção do número de matrículas da escola privada. Se em 2015 houve uma diminuição, em 2016 o segmento se manteve constante, saindo de 219.730 alunos para 220.202. O que proporcionou um aumento de 0,21%. Ao mesmo tempo, as escolas públicas apresentaram um crescimento de 0,6%. Nesse segmento a escola privada responde por 52% das matrículas. >>>



SophiA®

Softwares para gestão
de escolas e bibliotecas

**OTIMIZE SUAS ATIVIDADES
COM UM SISTEMA
DA LINHA DE
SOFTWARES SOPHIA**

O SophiA reúne e organiza informações de diversos setores da escola, reduzindo o tempo que sua equipe dedica aos procedimentos burocráticos e permitindo que ela seja mais produtiva, com foco no cliente e não em processos.

Principais benefícios:

- ✓ Aumente a captação de alunos
- ✓ Controle contas a pagar e a receber
- ✓ Reduza a inadimplência
- ✓ Gerencie com facilidade os empréstimos na biblioteca escolar
- ✓ Acompanhe os setores acadêmico e pedagógico
- ✓ Conte com o suporte de planilhas e gráficos do sistema para tomar decisões

E muito mais!



Matrículas - Educação de Jovens e Adultos

Ano	Crescimento Geral % (Ano a Ano)	EJA					Crescimento da Escola Pública %	Crescimento da Escola Privada %	Participação da Escola Privada
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada			
2016	-1,62%	447.962	232	282.501	146.682	18.547	6,98%	-65,61%	4,14%
2015	2,69%	455.339	178	255.922	145.315	53.924	-8,57%	1139,63%	11,84%
2014	-4,18%	443.393	170	278.553	160.320	4.350	-3,89%	-26,40%	0,98%
2013	-3,98%	462.738	178	282.145	174.505	5.910	-4,06%	2,53%	1,28%
2012	-5,78%	481.900	285	289.633	186.218	5.764	-5,75%	-90,85%	1,20%
2011	-15,61%	511.437	259	301.415	203.497	62.992	-15,67%	800,92%	12,32%
2010	-23,69%	606.029	328	375.370	223.339	6.992	-23,24%	-49,09%	1,15%
2009		794.129	300	523.163	256.931	13.735			1,73%

(Educação Infantil - Ensino Fundamental - Ensino Médio - Educação Profissional - EJA)

No que diz respeito à educação de jovens e adultos, observamos uma grande variação, possivelmente pela constante mudança de regras do governo nos últimos anos. É fato que depois de um crescimento em 2015, a tendência é que o comportamento do mercado seja ajustado.



Estabelecimentos de Ensino

Ano	Crescimento Geral % (Ano a Ano)	Estabelecimentos de Educação Básica					Crescimento da Escola Pública %	Crescimento da Escola Privada %	Participação da Escola Privada
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada			
2016	-3,62%	27.486	34	5.344	11.626	10.482	-6,38%	1,23%	38,14%
2015	1,05%	28.517	32	5.690	12.440	10.355	0,51%	2,02%	36,31%
2014	0,61%	28.220	29	5.666	12.375	10.150	-0,03%	1,76%	35,97%
2013	0,91%	28.049	29	5.616	12.430	9.974	0,84%	1,02%	35,56%
2012	1,32%	27.797	27	5.609	12.288	9.873	1,35%	1,27%	35,52%
2011	2,03%	27.434	23	5.591	12.071	9.749	1,25%	3,48%	35,54%
2010	0,73%	26.888	13	5.514	11.940	9.421	0,67%	0,83%	35,04%
2009		26.694	13	5.610	11.728	9.343			35,00%

(Educação Infantil - Ensino Fundamental - Ensino Médio - Educação Profissional - EJA)

No período analisado, verifica-se uma variação mínima no número de estabelecimentos de Educação Básica no Estado de São Paulo. Como houve crescimento no número de matrículas, tal situação pode indicar a consolidação das escolas com melhor gestão. As tabelas, a seguir, mostram o total de escolas e os segmentos oferecidos. Uma escola que ofereça mais de um segmento é contada mais de uma vez.



Estabelecimentos de Educação Infantil

Ano	Crescimento Geral % (Ano a Ano)	Estabelecimentos de Educação Infantil					Crescimento da Escola Pública %	Crescimento da Escola Privada %	Participação da Escola Privada
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada			
2016	2,51%	16.445	2	26	7.988	8.429	1,42%	3,58%	51,26%
2015	-1,69%	16.042	1	27	7876	8138	-6,66%	3,67%	50,73%
2014	1,10%	16.318	2	44	8.422	7.850	0,86%	1,36%	48,11%
2013	2,05%	16.141	2	42	8.352	7.745	2,03%	2,08%	47,98%
2012	2,24%	15.816	2	47	8.180	7.587	2,80%	1,65%	47,97%
2011	3,10%	15.469	2	42	7.961	7.464	1,51%	4,86%	48,25%
2010	1,74%	15.004	2	40	7.844	7.118	1,68%	1,82%	47,44%
2009		14.747	2	38	7.716	6.991			47,41%

(Educação Infantil - Ensino Fundamental - Ensino Médio - Educação Profissional - EJA)

Uma vez que as matrículas da Educação Infantil tiveram um aumento na escola privada (3,74%), houve também um aumento de estabelecimentos que oferecem o segmento. No período 2015/2016, mais 290 estabelecimentos passaram a oferecer Educação Infantil no estado de São Paulo.

Estabelecimentos de Ensino Fundamental

Ano	Crescimento Geral % (Ano a Ano)	Estabelecimentos de Ensino Fundamental					Crescimento da Escola Pública %	Crescimento da Escola Privada %	Participação da Escola Privada
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada			
2016	-6,70%	14.226	1	4.603	5.137	4.485	-9,51%	0,07%	31,53%
2015	2,63%	15.247	1	4.864	5.900	4.482	0,03%	9,45%	29,40%
2014	-0,62%	14.857	1	4.863	5.898	4.095	-0,83%	-0,07%	27,56%
2013	-0,32%	14.950	1	4.869	5.982	4.098	-0,33%	-0,29%	27,41%
2012	0,83%	14.998	1	4.888	5.999	4.110	0,69%	1,18%	27,40%
2011	-0,07%	14.875	1	4.818	5.994	4.062	-0,54%	1,20%	27,31%
2010	-0,94%	14.886	1	4.847	6.024	4.014	-1,91%	1,80%	26,96%
2009		15.027	2	5.002	6.080	3.943			26,24%

No que tange ao Ensino Fundamental, a comparação 2015/2016, aponta um crescimento mínimo de 0,07% do número de estabelecimentos. Considerando o aumento de 3,87% do número de matrículas, e o crescimento do número de estabelecimentos, é possível que seja um indicativo de melhoria de rentabilidade.



Estabelecimentos de Ensino Médio

Ano	Crescimento Geral % (Ano a Ano)	Estabelecimentos de Ensino Médio					Crescimento da Escola Pública %	Crescimento da Escola Privada %	Participação da Escola Privada
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada			
2016	-2,53%	6.282	24	3.829	61	2.368	-4,56%	1,02%	37,70%
2015	1,08%	6.445	15	4.016	70	2.344	1,06%	1,12%	36,37%
2014	0,73%	6.376	10	3.984	64	2.318	0,27%	1,53%	36,36%
2013	0,62%	6.330	14	3.967	66	2.283	0,40%	1,02%	36,07%
2012	2,38%	6.291	5	3.961	65	2.260	2,86%	1,53%	35,92%
2011	2,09%	6.145	6	3.846	67	2.226	1,29%	3,53%	36,22%
2010	1,62%	6.019	5	3.798	66	2.150	1,31%	2,19%	35,72%
2009		5.923	5	3.752	62	2.104			35,52%

1 - Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. Sinopse-Estatística da Educação Básica 2016. (online) Brasília: Inep, 2017. 2017/03/04. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-de-educacao-basica>

Os estabelecimentos de Ensino Médio variaram muito pouco no período 2015/2016.



Estabelecimentos de Educação Profissional

Ano	Crescimento Geral % (Ano a Ano)	Estabelecimentos de Educação Profissional					Crescimento da Escola Pública %	Crescimento da Escola Privada %	Participação da Escola Privada
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada			
2016	-10,85%	1.142	32	208	84	818	-2,70%	-13,71%	71,63%
2015	3,39%	1.281	30	234	69	948	8,47%	1,72%	74,00%
2014	5,18%	1.239	26	229	52	932	1,32%	6,51%	75,22%
2013	-4,38%	1.178	26	222	55	875	0,00%	-5,81%	74,28%
2012	-1,75%	1.232	24	224	55	929	3,77%	-3,43%	75,41%
2011	-0,08%	1.254	19	214	59	962	4,29%	-1,33%	76,71%
2010	2,53%	1.255	10	209	61	975	17,65%	-1,12%	77,69%
2009		1.224	10	170	58	986			80,56%

(Educação Infantil - Ensino Fundamental - Ensino Médio - Educação Profissional - EJA)

Os estabelecimentos de ensino de Educação Profissional tiveram sensível perda em 2016, se comparados com 2015. A variação é de 13,71% negativos. São Paulo conta hoje com 818 estabelecimentos de ensino de Educação Profissional. Ou seja, em 2016, deixaram de oferecer Educação Profissional 130 estabelecimentos.





Estabelecimentos de Educação de Jovens e Adultos

Ano	Crescimento Geral % (Ano a Ano)	Estabelecimentos de EJA					Crescimento da Escola Pública %	Crescimento da Escola Privada %	Participação da Escola Privada
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada			
2016	-33,65%	1.897	1	540	1.177	179	-33,92%	-30,89%	9,44%
2015	0,74%	2.859	3	1.323	1.274	259	-7,04%	531,71%	9,06%
2014	-8,36%	2.838	3	1.407	1.387	41	-7,78%	-35,94%	1,44%
2013	-5,55%	3.097	3	1.446	1.584	64	-5,22%	-18,99%	2,07%
2012	-7,03%	3.279	3	1.517	1.680	79	-6,98%	-9,20%	2,41%
2011	-12,07%	3.527	3	1.700	1.737	87	-11,98%	-15,53%	2,47%
2010	-9,42%	4.011	3	2.030	1.875	103	-8,90%	-25,36%	2,57%
2009		4.428	3	2.347	1.940	138			3,12%

(Educação Infantil - Ensino Fundamental - Ensino Médio - Educação Profissional - EJA)

Os estabelecimentos de ensino acompanharam as matrículas. Nota-se um diminuição de 80 estabelecimento com oferta de EJA em 2016.

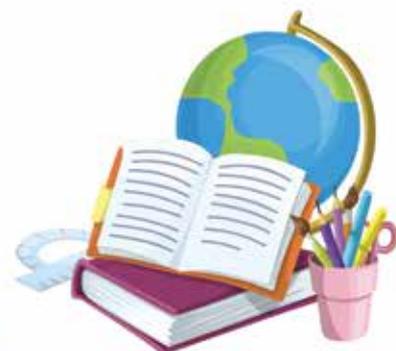


Distribuição de alunos por Regional - SIEEESP

2016									
Regional		Municipal		Estadual		Federal		Particular	
		2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016
1	ABCD	164.350	167.062	220.399	220.569			127.490	127.617
2	Araçatuba	65.589	66.671	63.326	63.374	538	447	31.223	31.254
3	Bauru	82.895	84.263	104.028	104.122			53.210	53.316
4	Campinas	581.672	591.270	548.453	548.876	1.872	1.554	320.510	321.151
5	Capital	838.150	851.979	1.138.844	1.139.721	2.742	2.250	864.690	882.119
6	Guarulhos	247.375	251.457	358.981	359.258	1.047	869	133.409	145.540
7	Marília	84.210	85.599	95.781	95.855			37.465	38.589
8	Osasco	363.921	369.926	355.353	355.727			133.360	137.361
9	Presidente Prudente	76.782	78.049	78.092	78.152	703	583	31.305	32.401
10	Ribeirão Preto	327.190	332.589	285.184	285.505	1.509	1.242	148.644	153.103
11	Santos	261.842	266.162	164.113	164.269	1.393	1.126	99.418	102.401
12	São José do Rio Preto	136.681	138.936	110.355	110.493	1.196	993	68.705	71.110
13	São José dos Campos	261.674	265.992	187.460	187.604	3.170	2.628	119.391	122.973
14	Sorocaba	324.563	329.735	268.569	268.778	2.706	2.246	103.804	106.918
Total		3.816.894	3.879.689	3.978.938	3.982.303	16.876	13.938	2.272.624	2.325.853

(Educação Infantil - Ensino Fundamental - Ensino Médio - Educação Profissional - EJA)

A tabela acima apresenta a distribuição dos alunos em cada uma das 14 Regionais do SIEEESP no Estado de São Paulo. Não se percebe alterações significativas, uma vez que o crescimento da Escola Privada foi de 1,22%. No comparativo as regionais acompanharam o crescimento global. ●



freepik.com

CARO GESTOR ESCOLAR,

UMA ASSESSORIA CONTÁBIL ESPECIALIZADA EM ESCOLAS É FUNDAMENTAL PARA A GESTÃO E O SUCESSO DA SUA INSTITUIÇÃO DE ENSINO.



POR ISSO, EM 2017, FAÇA COMO MUITAS ESCOLAS DE SUCESSO, DEIXE A B.W. FAZER A SUA GESTÃO CONTÁBIL. NÓS IREMOS ORIENTÁ-LO E DESENVOLVER AS MELHORES ESTRATÉGIAS PARA AUMENTAR A SUA LUCRATIVIDADE.

HÁ MAIS DE 20 ANOS ATUANDO EXCLUSIVAMENTE COM ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL E TRABALHISTA PARA ESCOLAS PARTICULARES EM TODO O ESTADO DE SÃO PAULO.

VEJA ALGUNS CLIENTES QUE CONTAM COM A ASSESSORIA DA B.W. CONTABILIDADE

Colégio Humbolt	Maple Bear Pacaembu	Colégio São Marcos - Mogi das Cruzes/SP
The British College of Brasil	Colégio Renovação	Escola Educativa - Itatiba/SP
Colégio Johan Gauss	Colégio Tema	Escola Vila Alpha - Santana de Parnaíba/SP
Colégio e Curso Rumo	Faculdade Método	Escola Nova Geração - Guarujá/SP
Colégio Spinosa	Faculdade IPESP	Colégio Inspire - São José dos Campos/SP
Colégio Oliveira Telles	Colégio El-Shaday - SB do Campo	Colégio Eccos - São José dos Campos/SP
Builders Educação Bilingue	Colégio Sidarta - Cotia/SP	Colégio Renovatus - Campinas/SP
Colégio Batista de Vila Mariana	Colégio Gutenberg - Mogi das Cruzes/SP	Colégio Ser - Jundiaí/SP
Colégio Presbiteriano de Osasco	Colégio Mello Dante - Mogi das Cruzes/SP	Colégio Equipe - Belém/PA

Sua Escola merece uma assessoria de qualidade e eficiente como a B.W. Contabilidade

FALE COM NOSSO GERENTE COMERCIAL E AGENDE UMA VISITA.

(11) 3554-2960 | COMERCIAL@BWCONTABILIDADE.COM.BR | WWW.BWCONTABILIDADE.COM.BR



CURSO DE GESTÃO FINANCEIRA PARA ESCOLAS COM FOCO EM CONTROLADORIA - BAIXADA SANTISTA

Público-Alvo: Gestores, Mantenedores, Gerentes, Assistentes e Analistas da área Financeira (Contas a Pagar, Receber e Controladoria)

O curso é dividido em 3 módulos:

- Gestão Financeira - Foco em Controladoria
- Gestão em Contas a Pagar com foco em Controladoria
- Gestão em Contas a Receber com foco em Controladoria

Dias 02 e 03 de junho de 2017 - Guarujá

Auditório do Colégio Internacional Nova Geração - Guarujá

Informações e inscrições, acesse:
bwcontabilidade.com.br/curso





ESCOLA DA PONTE UMA COMUNIDADE DE APRENDIZAGEM

Quando, por capricho de um concurso, cheguei à Escola da Ponte, a escola era um arquipélago de solidões. Em meados da década de 1970, os professores remetiam-se para o isolamento físico e psicológico, em espaços e tempos justapostos. Entregues a si próprios, encerrados no refúgio da sua sala, a sós com os seus alunos, o seu método, os seus manuais, a sua falsa competência multidisciplinar, em horários diferentes dos de outros professores, como poderiam partilhar, comunicar, desenvolver um projeto comum?

O trabalho escolar era exclusivamente centrado no professor, enformado por manuais iguais para todos, repetição de lições, passividade. As crianças que chegavam à escola com uma cultura diferente da que aí prevalecia eram desfavorecidas pelo não reconhecimento da sua experiência sociocultural. Algumas das crianças transferiam para a vida escolar os problemas sociais dos bairros pobres onde viviam. Exigiam uma atitude de grande atenção e investimento no domínio afetivo e emocional.

Tomámos também consciência de novas e maiores dificuldades. Por exemplo, de que não passa de um grave equívoco a ideia de que se poderá construir uma sociedade de indivíduos personalizados, participantes e democráticos enquanto a escolaridade for concebida como um mero *adestramento cognitivo*.

Se os pais eram chamados à escola, pedia-se castigo para o filho ou contributos para reparações urgentes. A escola funcionava num velho edifício contíguo a uma lixeira. Nas paredes, cresciam ervas. Os alunos traziam bancos de casa para se sentarem e improvisavam mesas. As poucas carteiras com buraco para o tinteiro ameaçavam desfazer-se. O banheiro estava em ruínas e não tinha porta. As crianças passavam as férias no abandono da rua a sonhar com uma praia inacessível. E, para lhes mitigar a fome, os professores serviam-lhes uma caneca de leite fervido no fogão que trouxeram de casa.

Em 1976, compreendemos que *precisávamos mais de interrogações que de certezas*. E empreendemos um caminho feito de alguns pequenos êxitos e de muitos erros, dos quais colhemos (e continuaremos a colher) ensinamentos, após termos definido a matriz axiológica de um projeto e objetivos que, ainda hoje, nos orientam: concretizar uma efetiva diversificação das aprendizagens tendo por referência uma política de direitos humanos que garanta as mesmas oportunidades educacionais e de realização pessoal para todos, promover a autonomia e a solidariedade, operar transformações nas estruturas de comunicação e intensificar a colaboração entre instituições e agentes educativos locais.

Na Escola da Ponte, como em outros lugares, será indispensável alterar a orga-

nização das escolas, interrogar práticas educativas dominantes. É urgente interferir humanamente no íntimo das comunidades humanas, questionar convicções e, fraternalmente, incomodar os acomodados. Apesar dos progressos verificados ao nível da teoria (e até mesmo contra eles), subsiste uma realidade que as exceções não conseguem escamotear: no domínio das práticas, o nosso século corre o risco de se completar sem ter conseguido concretizar sequer as propostas do fim do século que o precedeu. Infelizmente, não vivemos o fim do “século da criança”, mas somente o princípio da Escola. Desde há séculos, somos destinatários de mensagens que raramente nos dispomos a decifrar e o que acontece é um regresso cíclico às mesmas grandes interrogações. Todos os movimentos reformadores se assemelham na rejeição do passado, mas a especulação teórica sem caução da prática engendra apenas reformulações de uma utopia sempre por concretizar. Na Ponte, hoje, apenas restam vestígios da “estrutura tradicional”, que transformámos em caboucos sobre os quais assentámos os andaimes de uma escola que já não é herdeira ou tributária de necessidades do século XIX.

A educação das crianças *ditas com necessidades educativas especiais* constituía mais um problema dentro do problema. A colocação de crianças com necessidades específicas junto dos *ditos normais* não



Divulgação

era medida suficiente para se fazer o que recentemente se designa por inclusão. A *inclusão* não se processaria em abstrato, mas passaria por uma gestão *diferente* de um mesmo currículo, para que os alunos não interiorizassem incapacidades, para que não se vissem cada vez mais negativamente como alunos e depois como pessoas. Frequentemente, sob o rótulo e o estigma da diferença, priva-se a “criança diferente” (ainda que inconscientemente) de experiências que lhe permitiriam ganhar consciência de si como *ser social-com-os-outros*. Hoje, em cada grupo há sempre um aluno “*especial*”. Se os professores, por qualquer motivo, em determinado momento, não podem acompanhar diretamente o trabalho de uma dessas crianças, logo um colega atento se disponibiliza para a ajudar. O Marco era um menino rotulado de filho de pai incógnito. Sofria por não ter um pai como os outros meninos. O André era um menino rotulado de “*necessidades educativas especiais*”, que o isolavam dos outros meninos. Até que, um dia, mudou de escola, foi acolhido num grupo e deixou de ter rótulo. O Marco e os seus amigos já tinham descoberto o valor do trabalho cooperativo. Quando a Ana “*foi para outra escola*” deixou a Sandrina entregue aos cuidados da Maria do Céu. E o Marco envolvia o André num novelo de atenção que operava milagres no aprender com os outros.

São os alunos que decidem. E os professores estão lá, atentos e disponíveis. Quando compreendemos que cada criança é um ser único e irrepetível, que seria errado imaginar a coincidência de níveis de desenvolvimento, concluímos que não

seria inevitável pautar do ritmo dos alunos pelo ritmo de um manual ou pela homogeneização operada pelos planos de aula destinados a um hipotético *aluno médio*. E avançamos com *uma outra* organização da escola, *uma outra* relação entre os vários grupos que constituem a equipa educativa (pais, professores, alunos, pessoal auxiliar), *um outro* modo de refletir as práticas. Passou-se de objetivos de instrução a objetivos mais amplos de educação. Este projeto sugere um modelo de escola que já não é a mera soma de atividades, de tempos letivos, de professores e alunos justapostos. É uma formação social em que convergem processos de mudança desejada e refletida, um lugar onde conscientemente se transgride, para libertar a escola de atavismos, para a repensar. Não é um projeto de um professor, mas de uma escola, pois só poderemos falar de projeto quando todos os envolvidos forem efetivamente participantes, quando todos se conhecerem entre si e se reconhecerem em objetivos comuns.

Não há escolas-modelo, mas há referências que poderão ser colhidas neste projecto como em tantos outros anonimamente construídos, cujo intercâmbio urge viabilizar. Nos últimos cinco ou seis anos, outras escolas se acercaram de nós: umas movidas pela curiosidade; outras, por outras boas razões. Poderemos já falar de uma “rede de escolas” ou de uma “fraternidade educativa”.

Releve-se o fato de não constarem muitas proibições da lista de direitos e deveres. Este documento, que os próprios alunos propõem, discutem e aprovam é a

Magna Carta que lhes permite libertarem-se da tutela dos professores e serem dignos do exercício quotidiano da liberdade na responsabilidade. As nossas crianças não são educadas apenas para a autonomia, mas através dela, nas margens de uma liberdade matizada pela exigência da responsabilidade. Buscamos uma *escola de cidadãos* indispensável ao entendimento e à prática da Democracia. Procuramos, no mais ínfimo pormenor da relação educativa, formar o cidadão democrático e participativo, o cidadão sensível e solidário, o cidadão fraterno e tolerante. Para exercer a solidariedade é necessário compreendê-la, vivê-la em todo e qualquer momento. Na Ponte, cada criança age como participante solidário de um projecto de preparação para a cidadania no exercício da cidadania. Foi por isso que se constituiu, há cerca de vinte anos, a Assembleia. É por aí que passa a participação das crianças na organização interna da sua escola.

O “Tribunal” foi substituído por uma “Comissão de Ajuda” (por decisão da Assembleia!) com composição e funções muito diferentes. O velho e ineficaz “castigo” foi substituído pelo “ficar a refletir” e pela ajuda de “fadas orianas” (quem já leu o livrinho da Sophya do Mello Breyner saberá ao que as crianças se referem). Como o objetivo dos objetivos é fazer das crianças pessoas felizes, foi instituída uma “*caixinha dos segredos*”. É aí que a pesquisa das almas inquietas (indisciplinadas?) começa. Na caixa de papelão, os alunos deixam recados, cartas, pedidos de ajuda. A “*caixinha dos segredos*” ensina os professores a reaprender. É que nem sempre o que parece ser “indisciplinado” o é. Sabemos de crianças que dão lições de autodisciplina na sua escola. Sei de crianças que não entendem a indisciplina do gritar mais alto que o próximo, nas assembleias de adultos, porque na sua assembleia semanal erguem o braço quando pretendem intervir. Sei de crianças de seis, sete anos, que sabem falar e calar, propor e acatar decisões. São >>>



Divulgação

Ao longo de quase quarenta anos, a partir da iniciativa e da reflexão na ação, a ponte transformou-se num lugar e tempo de imaginação e antecipação. A necessidade de reinventar uma escola que respeitasse o capital cultural dos seus alunos, de forma a contribuir para a construção de uma cultura, onde todos, na diversidade, se reconhecessem na unidade, originou uma rutura total com o modelo “tradicional”. Emergiu um novo conceito, uma nova organização de escola, de espaço, tempo e de conhecimento, rompendo com o conceito de homogeneidade, introduzindo o trabalho em equipe.

A comunidade é o currículo. As decisões sobre as questões curriculares são da equipe, bem como as decisões, num processo interpessoal, político, social, de colaboração e participação. Não se pratica uma educação para a cidadania, mas uma educação só faz sentido a par da responsabilidade, uma vez que os alunos compreendem que direitos individuais são assumidos através do cumprimento de deveres e direitos aprovados pelo coletivo. Ser livre na Escola da Ponte é, acima de tudo, co-responsabilizar-se pelo próprio processo de construção de conhecimento e ser individualmente responsável pelos atos do coletivo.

A ação educativa na Ponte, foi-se revelando, de uma grande complexidade e até mesmo de imprevisibilidade, própria das práticas pedagógicas. Ao olharmos para a história desta escola, não conseguimos precisar qual o momento de *viragem*, no entanto percebemos que a pobreza das práticas existentes na época levou a muitas interrogações e conduziu à alteração da organização da escola a uma forma diferente de entender a aprendizagem e, conseqüentemente, a uma abordagem curricular diferente, concedendo-lhe um lugar privilegiado, um campo de intervenção; de mudança. Não se tratou de uma mera reorganização de competências ou redefinição de métodos, mas sim de uma outra forma de definir as bases de fundamentação para o desenvolvimento do currículo. Entende-se a escola como espaço-tempo de transformação social, cuja organização corresponde a uma intervenção sistémica, que se vai desenvolvendo em rede pelos diferentes ecossistemas – uma “comunidade de aprendizagem”. ●



JOSÉ PACHECO

Mestre em Educação da Criança. Foi o iniciador e coordenou por mais de 30 anos o projeto da Escola da Ponte, em Portugal. Autor do livro “A avaliação da aprendizagem na escola da

ponte”, em parceria com Maria de Fátima Pacheco e “Inclusão não rima com solidão”. Ambos pela Wak Editora.

crianças capazes de expor, com serenidade, conflitos e de, serenamente, encontrar soluções. São cidadãos de tenra idade que, no exercício de uma liberdade responsabilmente assumida, instituíram regras que fazem cumprir no seu quotidiano. Poderão continuar a chamar-lhes alunos “utópicos”, que nem por isso eles deixarão de existir.

A concepção e desenvolvimento de um projecto educativo de escola é um ato coletivo e só tem sentido no quadro de um projeto local de desenvolvimento. Um projeto consubstanciado numa lógica comunitária pressupõe ainda uma profunda transformação cultural. O sucesso dos alunos depende da solidariedade exercida no seio de equipas educativas, que facilita a compreensão e a resolução de problemas comuns.

Em 1976, os pais não apareciam na escola, mas acreditávamos que seria possível estabelecer comunicação com as famílias dos alunos, se os pais não fossem chamados apenas para escutarem queixas ou contribuírem para reparações urgentes. Questionávamo-nos por que razão eles iam à igreja, ao estádio, ao café... e não vinham à escola. Quando encontramos resposta, ajudámos os pais dos alunos a fundar uma associação num tempo em que ainda não havia leis para as regular. A associação de pais é hoje um interlocutor sempre disponível, um parceiro indispensável. Mas a colaboração dos pais não se restringe às atividades promovidas pela sua associação. No início de cada ano, todos os encarregados de educação participam num encontro de apresentação do Plano Anual. Mensalmente, ao sábado de tarde, os projetos são avaliados com o seu contributo. E há sempre um professor disponível para o atendimento diário, se algum pai o solicita.

A prática diz-nos, ainda hoje, que os pais têm dificuldade em conceber uma escola diferente daquela que frequentaram quando alunos mas que, quando esclarecidos e conscientes, aderem e colaboram.

Escolas são pessoas e inspiração multi-referencial. A Ponte é herdeira de Pestalozzi, Ferrer, de Dewey, Freinet, Montessori, Neill, Vigotsky, Piaget, Krishnamurti, Steiner, Rogers, Morin... A lista não acaba. Inevitavelmente, de portugueses e de... brasileiros: Agostinho da Silva, Paulo Freire, Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, Azevedo, Lourenço Filho, Lauro Lima... Para cada interrogação, uma “resposta” criticamente incorporada na prática. Para concretizar um projeto que procura assegurar uma efetiva diversificação das aprendizagens, tendo por referência uma política de direitos humanos, que garanta as mesmas oportunidades educacionais e de realização pessoal a todos os cidadãos, diferentes ou não, para que o bem-estar de uns não se realize em detrimento de outros.

Os processos de mudança não se desenvolveram a partir de pressões externas, administrativas, decisões políticas ou de intervenções pontuais, técnicas. A mudança partiu de interrogações, da insatisfação, da... solidão. E foi acontecendo persistentemente, obra de um grupo obstinado. Um grupo, que se constituiu em equipe de projeto e construiu um referencial axiológico, exercendo autonomia, agindo como autores, consolidando uma identidade profissional assente no trabalho colaborativo. Como diriam a Mônica e o Perrenoud, *a mudança em educação depende daquilo que os professores pensarem dela e dela fizerem e da maneira como eles a conseguirem construir ativamente.*



ATENÇÃO PARA A NOVA CONVENÇÃO COLETIVA DOS SEUS FUNCIONÁRIOS

VOCÊ SABIA QUE?

- As cláusulas (**de acordo com sua região**) 16, 18 e 19 das convenções coletivas das escolas particulares dizem respeito à responsabilidade da escola em indenizar os beneficiários de seus funcionários caso venham a falecer?
- A Indenização para os professores e auxiliares é de 24 vezes o salário do funcionário que vier a falecer?
- O seu Sindicato SIEEESP, juntamente com a KLIMA CORRETORA DE SEGUROS, possui uma apólice de Vida em Grupo, com condições diferenciadas, para evitar imprevistos e garantir tranquilidade da sua gestão?

COBERTURAS:

- Morte dos funcionários por qualquer causa, até o limite máximo da indenização de R\$ 300.000,00;
- Auxílio funeral de até R\$ 3.000,00;

CONFIRA AS VANTAGENS:

- Fácil adesão;
- Ótimo custo x benefício;
- Simplicidade na liquidação de sinistros;
- A Klima Corretora é especializada no segmento Educacional, onde através da parceria de quase 20 anos com o SIEEESP, e também com excelentes Seguradoras, pode oferecer às escolas particulares uma apólice a um custo tão baixo, com facilidades na adesão, e atendimento diferenciado.

Confira na íntegra as convenções da sua região acessando o site: www.sieeesp.org.br

Veja um exemplo de cálculo de seguro:

Folha de Pagamento Mensal: _____ R\$60.000,00
Valor mensal do Seguro: _____ R\$ 324,89

Ligue agora para (11) 5087-6522 e garanta sua adesão ao **Seguro de Vida em Grupo SIEEESP.**

Seguro Vida em Grupo

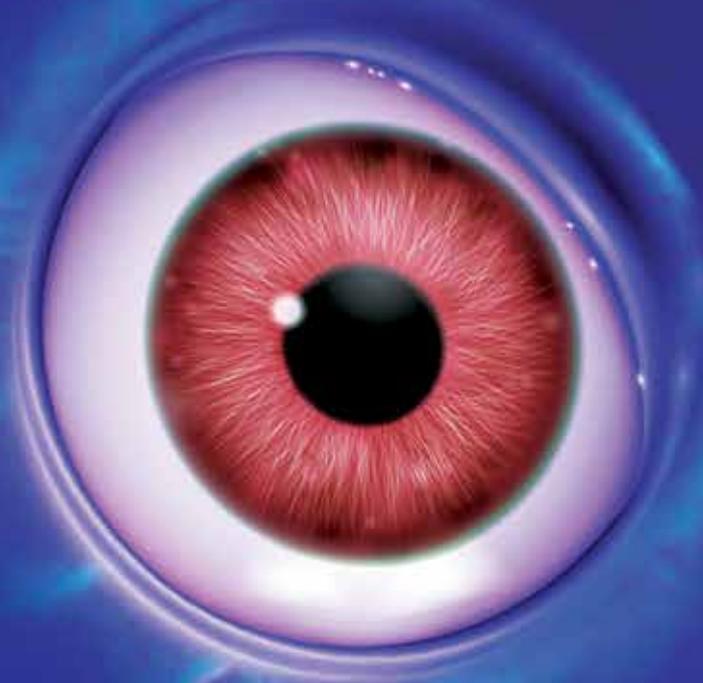


Klimaseguros@klimaseguros.com.br

Av. Das Nações Unidas, 18.801 . Conjuntos 425 / 426 . CEP 04795.100 . Vila Almeida

Baleia Azul:

Onde e como contê-la?



freepik.com

Não é novidade que cada vez mais cedo, crianças e adolescentes migram do mundo *off-line* para o *online*. Só no Brasil, em 2013, quase dez milhões de jovens, entre 12 e 17 anos, acessavam diariamente a internet, segundo pesquisa realizada pela UNICEF, sendo certo que este número apenas aumentou com o passar do tempo.

As redes sociais, como Facebook, Instagram, Snapchat, Youtube e Twitter, indiscutivelmente, são os canais *online* preferidos dos jovens usuários, na medida em que possibilitam maior interação por meio do compartilhamento de mídias (vídeos, fotos e textos) em tempo real.

Entretanto, apesar dos benefícios na utilização de tais serviços, os mesmos podem esconder diversos perigos, dentre eles, a disseminação das chamadas brincadeiras perigosas entre crianças e adolescentes.

Há diversas modalidades de “brincadeiras” como esta, conforme abordaremos adiante, sendo que a maior semelhança entre elas é que **todas apresentam**

legítimo risco para saúde, integridade física e, até mesmo, à vida dos praticantes, sendo na maioria das vezes, crianças e adolescentes.

É válido ressaltar sobre a importância do devido cuidado ao se propagar assuntos da espécie pois, ainda que muito bem-intencionadas, a depender da forma de abordagem, a notícia pode causar efeito reverso ao pretendido, despertando ainda mais a curiosidade.

A “bola da vez” é um jogo virtual de origem russa, conhecido como “Baleia Azul” (“*Blue Whale Game*”), o qual consiste em uma série de 50 (cinquenta) perigosos desafios, lançados por administradores anônimos de grupos secretos em redes sociais e grupos de *whatsapp*, sendo que o quinquagésimo desafio sempre acarretará no suicídio do jogador.

De acordo com as regras do jogo, os jogadores precisam gravar a execução do desafio e encaminhar o vídeo ao administrador, curador ou mentor, sendo que, uma vez participando, sob ameaça de perseguição ao próprio ou à sua família, fica proi-

bido desistir, condição esta estabelecida no instante em que se manifesta o desejo de participar. Até o momento, suspeita-se de três mortes de jovens brasileiros, relacionadas ao *Blue Whale Game*².

No entanto e infelizmente, brincadeiras perigosas não são recentes, pelo contrário. Como exemplo, é possível mencionar vídeos que incentivam a prática da “brincadeira do desmaio ou jogo da asfixia”, que consiste no bloqueio da respiração, geralmente com o auxílio de objetos, como: cinto, corda, lenços, até que o jovem desmaie por alguns segundos. O que muitos jovens desconhecem, no entanto, é que a prática pode causar danos cerebrais, cardíacos, com sequelas irreversíveis e, em alguns casos, até mesmo levar à morte.

No Brasil, caso marcante foi a morte do jovem Dimitri, que faleceu pela prática da “brincadeira do desmaio”, o que motivou seus pais fundarem o Instituto Dimi Cuida, com o objetivo de propagar os riscos e consequências pela prática das brincadeiras perigosas, incluindo esforços para



Embora esteja sendo bastante mencionada pela mídia e por toda a sociedade, o Jogo da Baleia Azul não é a primeira interação perigosa e viral na Internet

iniciativas públicas de prevenção, além do acolhimento de familiares que, de forma semelhante, perderam seus filhos.

Outro caso recente no Brasil (que teve repercussão nas mídias – muitos outros devem acontecer, mas nem sempre relacionam aos desafios), ocorrido em outubro de 2016, foi da fatídica morte de um adolescente, como possível consequência da perda de um “game online”. No caso, há suspeitas que o jovem Gustavo Detter, ao perder um jogo virtual, foi desafiado pelos demais usuários a praticar a brincadeira do desmaio e acabou falecendo.

Quem acompanha o assunto e está por dentro do que rola nos bastidores da “ala jovem”, sabe que existem inúmeros outros desafios, jogos ou brincadeiras que, literalmente, desafiam a vida, por exemplo: o “desafio do desodorante”, que consiste (um deles) no acionamento de um aerossol posicionado diretamente na pele do participante, que deve suportar a dor até o máximo possível, resultando em grave queimadura da área afetada, o desafio da canela, consistente na ingestão de canela em pó pelo participante, podendo provocar inflamações pulmonares, pneumonias ou crises de asma, do gelo e sal que, assim como um dos praticados com o desodorante, podem gerar queimaduras de até terceiro grau, entre tantos outros, não menos nocivos.

Para que se tenha uma dimensão do quão imprudente pode ser um indivíduo ansioso por “likes”, como prova de coragem, recentemente, diversos jovens gravaram vídeos em que eram vistos ateando fogo às próprias roupas para, em seguida, se jogarem em um rio.

Verifica-se, portanto, que embora esteja sendo bastante mencionada pela mídia e por toda a sociedade, de maneira geral, o Jogo da Baleia Azul não é a primeira interação perigosa e viral na Internet que possui como envolvidos, majoritariamente, menores de idade que, por sua própria natureza, são incapazes de valorar adequadamente as consequências de suas ações.

Diante deste panorama, inevitável o surgimento de indagações de pais e educadores, do tipo: mas afinal, o que devemos fazer? Por que as autoridades não adotam nenhuma providência para retirada desses vídeos da internet ou prisão destes menores? Como remover da internet, vídeos desta natureza?

É fato, a questão precisa ser assistida de perto por pais, educadores, pediatras, hebiatras, psicólogos e autoridades competentes, na medida em que apenas uma atuação conjunta e efetiva será capaz de sensibilizar os jovens a respeito dos riscos destes comportamentos e adesão a estes jogos perigosos.

Precisamos, sem dúvida, nos valer de todas as medidas judiciais possíveis para responsabilização daqueles que incentivam tais práticas, vez que tais comportamentos podem implicar não apenas em ilícitos civis e constitucionais, como também tipificar crimes.

Destaca-se que em situações como estas, não existe uma vítima, mas sim uma coletividade em perigo. Pais e mães estão aflitos, a comunidade escolar sem saber por onde começar e como pautar em sua rotina assunto tão sensível. Paralela a todas as medidas de proteção, atenção e conscientização das famílias, é preciso que o Estado, representado pelo Poder Judiciário e Ministério Público, direcione seus esforços no sentido de promover a defesa desta coletividade.

O diálogo e a participação de pais e/ou responsáveis na vida digital de crianças e adolescentes constituem importantes aliados na mitigação dos riscos a que ficam sujeitos nossos jovens.

Mas, não só à família compete o dever de assegurar a criança e ao adolescente a observância de seus direitos fundamentais. Este dever, previsto no artigo 227 da Constituição Federal, estende-se a toda sociedade, assim como ao Estado.

Assim, pelo princípio da solidariedade (art. 3, I da CF), deve a sociedade contribuir, observando comportamentos de jovens que fogem à regra e os sinalizando, tempestivamente, aos respectivos pais e/ou responsáveis, sendo cautelosos a respeito dos conteúdos que incentivam através de likes ou compartilham em sua própria página, primando pela divulgação de conteúdos relevantes, assim como denunciando comportamentos que contrariam os limites da razoabilidade e colocam a saúde e a vida de nossas crianças e adolescentes em situação de risco.

É claro que a conduta dos incentivadores ou telespectadores que instigam o jovem a praticar “brincadeiras” perigosas (ou desafios), que curtem e compartilham tais conteúdos, podem ter reflexos no âmbito criminal. A depender do caso e seus desdobramentos, a conduta pode se enquadrar em crimes como homicídio culposo (artigo 121, §3º do Código Penal), lesão corporal (artigo 129 do CP), instigação ao suicídio (artigo 122 do CP) e exposição da vida ou a saúde de outrem a perigo direto e iminente (artigo 132 do CP). Além disso, coagir ou forçar um usuário a adotar uma conduta perigosa, como reportado com relação ao Jogo da Baleia Azul, pode configurar o crime de ameaça (artigo 147 do CP).

Ainda, vale lembrar que quando o responsável pelo ilícito também for menor de idade, ficará sujeito a medidas de proteção



Ame, abrace, cuide e diga “Confie em mim!! Ninguém neste mundo te ama mais do que eu – sua família. Estamos juntos, sempre, para o que der e vier”



ou socioeducativas, nos termos previstos no Estatuto da Criança e Adolescente.

Mas, e quanto à disseminação destes vídeos? Como conter? Como apagar? Bem, para conter, basta cada um fazer sua parte, não curtindo, comentando e tampouco compartilhando vídeos desta natureza, mesmo que seja para condenar a prática divulgada. Para apagar, o primeiro passo é solicitar a exclusão/remoção do vídeo (denunciando no canal apropriado da respectiva plataforma). Para tanto, o conteúdo deve expressar a correta e inequívoca identificação, o que se dá por meio da URL (que inicia-se com “www”), ou seja, o link que disponibiliza o acesso ao conteúdo que precisa ser removido.

Referidas plataformas disponibilizam canais destinados para esse fim, muito embora, infelizmente, não acolham a todos os pedidos de remoção realizados extrajudicialmente, daí a importância da integração do Poder Judiciário e Ministério Público, a fim de tornar mais céleres procedimentos desta natureza, que colocam em risco os direitos da criança e do adolescente.

A identificação de um curador, mentor ou administrador de uma comunidade em rede social, por exemplo, no caso do Jogo da Baleia Azul, também é absolutamente possível, solicitando ao provedor de aplicação o IP do usuário e com esta informação, obtendo os dados do usuário junto ao provedor de conexão. Medidas judiciais, tanto no âmbito civil quanto no criminal podem, então, ser adotadas contra este

indivíduo, considerando a possibilidade de enquadramento de um ou mais dos crimes supracitados.

Resta evidente que pais e representantes legais devem assistir e zelar pela integridade dos jovens tanto no mundo *off-line* como no *online*, sempre os alertando dos riscos e consequências das condutas praticadas, mas NA PRÁTICA, começo por onde:

- Prevenindo: precisamos incentivar nossos jovens ao exercício do pensamento crítico sobre tudo que leem e veem na internet. Sobre o que ouvem nas rodas de conversa entre amigos e colegas. Daniel J Siegel nos lembra que disciplina significa ensinar e não punir e temos que nos lembrar desta frase sempre, inclusive quando ouvirmos de nossos filhos o que jamais pensávamos que um dia poderia sair daqueles lábios. A relação de confiança entre pais e filhos é, sem dúvida, a maior e melhor aliada.

- Diante da sensação de estar diante do problema (ou mesmo da constatação) – mantenha a calma e peça ajuda a algum profissional da saúde que lide diretamente com crianças e adolescentes (pediatras, hebiatras, psiquiatras ou psicólogos). Estabeleça um canal para o diálogo e compartilhe suas experiências, medos e anseios na adolescência (sim, é uma fase um pouco oscilante, mas maravilhosa – sentirá saudades quando chegar a vida adulta e dará boas risadas de boa parte das coisas que te faziam chorar nesta fase da vida). Voe além e façam planos, planos para o futuro próximo, médio e distante. Tracem

metas juntos ... e ame, abrace, cuide e diga “Confie em mim!! Ninguém neste mundo te ama mais do que eu – sua família. Estamos juntos(as), sempre, para o que der e vier”

Questionamentos e diálogos frequentes podem ser a chave para levar os jovens a entenderem que condutas aparentemente inofensivas podem gerar severos prejuízos e que, no fim do dia, a quantidade de desafios vencidos, *likes* ou *followers* não são tão relevantes quanto os efeitos de suas atitudes no mundo real. ●



GISELE AMORIM ZWICKER

Advogada do escritório Opice Blum, Bruno, Abrusio e Vainzof, pós-graduanda em Propriedade Intelectual pela FGV-SP.



HELENA CATARINA F. COELHO DE MENDONÇA

Advogada especialista em Direito Digital do escritório Opice Blum, Bruno, Abrusio e Vainzof Advogados Associados, pós-graduanda em Compliance e Combate à Fraude pela FIA - Business School e Membro da Comissão de Direito Digital e Compliance da Ordem dos Advogados de São Paulo.



ALESSANDRA BORELLI

Advogada atuante na área de Direito Digital e Diretora Executiva da Nethics – Educação Digital.

1 - Pesquisa realizada com o objetivo de conhecer “O Uso da Internet por Adolescentes”, realizada pela UNICEF em 2013. Disponível pela URL http://www.unicef.org/brazil/pt/br_uso_internet_adolescentes.pdf, acessada em 12.04.2017.

2 - Matéria disponível na URL <http://noticias.r7.com/fala-brasil/videos/-desafio-da-baleia-azul-o-jogo-que-ja-matou-tres-pessoas-01042017>, acessada em 05.04.2017. Página eletrônica do instituto: <http://www.institutodimicuida.org.br/>.

DESENVOLVENDO MELHORIAS NAS ESCOLAS BRASILEIRAS.



CONSULTORIA



FUSÕES E AQUISIÇÕES



CURSOS E PALESTRAS



REFORMA DO ENSINO MÉDIO MOBILIZA O SIEEESP

O ensino médio, maior gargalo da educação, com desempenho estagnado e altas taxas de evasão e reprovação, ganhou um plano federal focado em especialização, com a flexibilização de disciplinas e o incentivo à expansão do ensino em tempo integral.

Como o plano atinge escolas públicas e particulares, o Sieesp resolveu criar uma comissão de educadores especialistas para debater as propostas, sugerir subsídios e aprimorar a questão. A primeira reunião foi realizada no dia 4 de outubro de 2016 na sede da entidade e, depois de alguns debates, ficou decidido que a discussão está aberta a toda comunidade da escola particular. A diretoria pretende com essa iniciativa ter a possibilidade de mostrar a posição das escolas de ensino privado junto às autoridades governamentais.

Para aprimorar os debates e esclarecer a comunidade da escola particular brasileira, o Sieesp convidou o secretário de Educação Básica do MEC, professor Rossieli Soares da Silva, para proferir palestra na sede da entidade no último

dia 8 de março. Na impossibilidade de comparecer, o secretário delegou a missão ao Coordenador-Geral do Ensino Médio do MEC, Professor Wisley João Pereira, que fez ampla explanação sobre a reforma do Ensino Médio implementada pelo Governo Federal. O vídeo dessa palestra, na íntegra, está no site do Sieesp (www.sieesp.org.br)

A seguir, as respostas de Rossieli a respeito dos questionamentos sobre a reforma:

Por que o Novo Ensino Médio foi editado por Medida Provisória?

Por três motivos básicos: Dados recém divulgados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) mostram uma realidade trágica no ensino médio e retrataram a urgência da reforma. Além disso, o tema é relevante porque o fracasso do ensino médio brasileiro é uma realidade. Em terceiro lugar, desde 1998 o tema vem sendo debatido e isso permitiu ao Ministério acelerar a reforma por meio de uma MP (Medida Provisória).



O Novo Ensino Médio já começa a valer no ano letivo de 2017? Tem um cronograma?

Não. O Novo Ensino Médio se tornará obrigatório dois anos após a publicação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A BNCC estabelecerá as competências, os objetivos de aprendizagem e os conhecimentos necessários para a formação geral do aluno. A primeira metade do ensino médio será comum a todos os estudantes. Na segunda metade, os estudantes poderão optar por diferentes ênfases nas cinco áreas de conhecimento (línguas, matemática, ciências da natureza, ciências sociais e humanas e formação técnica e profissional).

A previsão é que até abril de 2017 a BNCC para o Ensino Médio seja encaminhada ao Conselho Nacional de Educação (CNE) que terá de aprovar para depois ser homologada pelo MEC. Ciclos de debate e seminários envolvendo Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação (Consed), escolas, professores e especialistas deverão ocorrer.





Arquivo Sioesp



Arquivo Sioesp

E a Escola de Tempo Integral?

A MP 746 prevê uma Política de Fomento de Escolas em Tempo Integral, que deverá ocorrer de forma gradual. Está previsto também um investimento do Governo Federal de R\$ 1,5 bilhão até 2018, correspondendo a R\$ 2 mil por aluno/ano e criando 500 mil novas matrículas de tempo integral. O PNE estabelece que, até 2024, o país deva atender, pelo menos, 25% das matrículas. Atualmente, são 386 mil alunos matriculados no ensino médio em tempo integral, o que representa 5% do total.

Atenção: a MP não determina que todas as escolas passem a ter o ensino médio integral.

Como será o currículo? E de quantas horas diárias/semanais?

A BNCC estabelecerá as competências, os objetivos de aprendizagem e os conhecimentos necessários para a formação geral do aluno. Com a reforma, o cumprimento dessa parte comum não

poderá exceder metade do total da carga horária do Ensino Médio. O restante do tempo será composto por diferentes ênfases nas áreas de conhecimento ou de atuação profissional: I – linguagens; II – matemática; III – ciências da natureza; IV – ciências humanas; V – formação técnica e profissional. Cada Estado organizará o seu currículo considerando a BNCC e as demandas dos jovens.

Como será a formação técnica e profissional?

A formação técnica e profissional será mais uma alternativa para o aluno. Hoje, se o jovem quiser cursar uma formação técnica de nível médio, ele precisa cursar 2.400 horas do ensino médio regular e mais 1.200 horas do técnico. O Novo Ensino Médio permitirá que o jovem opte por uma formação técnica profissional dentro da carga horária do Ensino Médio regular desde que ele continue cursando português e matemática até o final. E, no final dos três anos, ele terá um diploma do ensino médio e um do técnico.

Profissionais com notório saber poderão dar aula na parte comum do currículo? Como será a formação de professores?

Não. A MP permite que os sistemas de ensino autorizem profissionais com notório saber para ministrar aulas exclusivamente em disciplinas dos cursos técnicos e profissionalizantes, como já acontece hoje no sistema S e na maioria dos países do mundo. A formação de professores se dará da mesma forma como a legislação atual prevê. O professor com licenciatura poderá fazer complementação pedagógica para dar aula de outra disciplina dentro da sua área de

conhecimento (Diretrizes Curriculares de Formação de Professores).

Quais disciplinas, das 13 obrigatórias no currículo de hoje, serão obrigatórias no Novo Ensino Médio?

Língua Portuguesa e Matemática. Para as demais, vale destacar que será a BNCC que irá definir a obrigatoriedade ou não da parte que será comum a todos; os componentes curriculares estarão integrados às disciplinas.

Como fica a língua inglesa?

Anteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) não trazia a língua inglesa como disciplina obrigatória. A reforma tornará o inglês obrigatório desde o 6º ano do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, não necessariamente nos três anos. Se quiserem, os sistemas de ensino poderão ofertar outras línguas estrangeiras, incluindo preferencialmente o espanhol.

Por que a língua inglesa foi escolhida como obrigatória?

Porque a língua inglesa é a mais disseminada no ocidente, a mais ensinada no mundo inteiro, além de ser necessária para inserção no mercado de trabalho.

Filosofia, sociologia, arte e educação física não serão mais disciplinas obrigatórias?

Essas disciplinas continuam sendo exigidas hoje. A BNCC – que a partir de sua publicação será a referência obrigatória para que as redes de ensino implantem um currículo comum e contemplará as áreas do conhecimento – estabelecerá as competências, os objetivos de aprendizagem e os conhecimentos necessários para a formação geral do aluno. ●



Arquivo Siseesp

que atenda realmente a diversidade. Esse é o tema da palestra “escola para todos e cada um” que contará com 16 encontros destinados aos professores e coordenadores.

Também serão abordados nas palestras os desafios, princípios, conceitos e práticas que contribuem para a construção do desenvolvimento e aprendizagem. Tudo isso para chegar ao objetivo de criar uma escola democrática.

O curso será dividido em três módulos: no primeiro, serão abordados temas como exclusão e segregação, integração e diversidade, como aprender a lidar com as diferenças, a questão do bullying, política internacionais de educação para todos, políticas de inclusão e diversidade na escola.

No segundo módulo, é abordada a heterogeneidade na escolarização. A diversidade na identificação das questões com o aprender e a Educação especial: Lei Brasileira de inclusão (LBI), convenção internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência, política nacional da educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

Já no último módulo – Design Universal para aprendizagem – serão abordados a experiência de aprendizagem mediada, flexibilização; tempo, espaço, materiais, procedimentos, conteúdos. Avaliação na perspectiva da Diversidade e tecnologia

assistiva para flexibilização. Política nacional para a diversidade: relações étnico-raciais, socioeconômicas e de gênero.

“Acreditamos muito na formação continuada dos profissionais que estão envolvidos com a excelência na oferta de uma Escola democrática, aberta e preparada para atender a cada um” diz Edith Rubinstein, mediadora do evento e Mestre em psicologia educacional, psicopedagoga, terapeuta familiar e coordenadora e docente do centro de estudos Seminários de Psicopedagogia.

Os encontros acontecerão todas as terças-feiras das 18h às 21h30, nos dias 13; 20 e 27 de junho e 04 e 25 de julho. Em agosto serão nos dias 01; 15 e 22, em setembro nos dias 05; 19 e 26. Nos dias 03; 17 e 31 de outubro, fechando em novembro dias 07 e 28.

Jogos para Grupos

O objetivo geral do curso é capacitar o profissional para a utilização de jogos em processos seletivos, treinamento e desenvolvimento de pessoas, identificando quais são os mais apropriados, de acordo com a fase que o grupo se encontra. Na capacitação, são desenvolvidas atitudes, habilidades e conhecimentos para a aplicação e processamento de jogos. Compreender as fases de desenvolvimento dos grupos e os tipos de jogos mais adequados e propiciar reflexões acerca

do próprio desempenho e compreender os fenômenos grupais.

“O curso pretende preparar (ou aprimorar) o papel do Coordenador para fazer uso de Jogos em processos seletivos, treinamento e desenvolvimento pessoal.

É uma ferramenta que ainda pode ser utilizada como recurso didático em palestras, seminários, salas de aula, etc., tornando a apresentação de um conteúdo mais dinâmico e interativo” diz Yudi Yodo psicólogo e mediador do curso.

São oito encontros quinzenais. O início aconteceu dia 04 de maio e terá final no dia 24 agosto.

Após o curso, o psicólogo afirma que o participante terá condições de aplicar “jogos e exercícios”, entendendo que todo grupo tem uma fase correspondente de desenvolvimento e, por isso, saberá quais os jogos mais adequados a cada fase.

“O curso, de caráter vivencial, abrange teoria e prática, com ênfase no desenvolvimento do papel do Diretor, leitura e diagnose grupal, aplicabilidade e processamento do jogo, dentre outras coisas. O participante aprenderá jogos de apresentação, aquecimento, integração, percepção, comunicação, relações interpessoais, jogos que trabalham o papel do líder, de grupos e equipes e de ‘identidade grupal”” diz Yudi. •

**Pensando no crescimento de sua Escola?
Em 2017 invista em desenvolvimento e
tecnologia, conheça o ACADESC e
revolucione sua gestão escolar!**

ACADESC
SOFTWARE PARA GESTÃO ESCOLAR

Gestão Escolar
Secretaria & Tesouraria

Interface Web
Diário do Professor &
Apoio aos pais

**Experimente
agora também como
locação!**



**Tecnologia, Segurança e
Inovação para sua escola!**



www.acadesc.com.br

(11)5012 0004/0422/0181 - 0800 773 0422

comercial@fannys.com.br



Conteúdos e competências na sala de aula

O discurso do ensino de habilidades e competências ganhou força a partir de 1998, com a instituição do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, que, a princípio, foi criado como mecanismo indutor de mudanças metodológicas nesse segmento. Acreditava-se que a existência de um exame que exigisse dos egressos competências e habilidades capazes de resolverem as situações problemas por ele colocadas iria influenciar na mudança de postura dos professores. Essa necessidade está pautada numa nova cultura que modifica as formas de produção e apropriação dos saberes. Estamos vivendo uma era pragmática em que o saber fazer e o saber agir são os “carros-chefes” para o sucesso. O saber idealista platônico perdeu lugar nesse mundo. O que importa não são as ideias, as abstrações, mas os resultados, as concretudes, as ações. O mundo vem mudando num ritmo acelerado e “arrastando” consigo novos paradigmas que precisam ser colocados em prática antes de serem refletidos, compreendidos e “digeridos”.

O discurso do currículo por habilidades e competências vem ganhando

cada vez mais força porque se projetou na escola uma missão social urgente: a de produzir profissionais mais competentes que sejam cidadãos mais conscientes. Essa missão exige que a escola seja pragmática e utilitarista, abandonando tudo que não leve diretamente ao desenvolvimento de competências. Embora perigosa, essa concepção vem se impondo nos processos de elaboração e planejamento curricular. Outra razão pode ser encontrada nos tipos de exigências que o Mercado e o mundo em geral vêm fazendo às pessoas. Buscam-se pessoas que saibam fazer e que tenham capacidade de planejar e resolver problemas. Todas essas questões apresentaram à escola, um aluno que não se interessa por saberes sem sentido ou sem utilidade imediata. Eis aqui outro perigo: render-se ao utilitarismo do aluno. Talvez nesse ponto, estejamos de frente com o mais clássico dos dilemas: quanto conteúdo devo ensinar? Até que nível de profundidade? Tudo isso contribuiu para que se acreditasse piamente que organizar o currículo escolar por habilidades e competências, forma um aluno mais preparado para enfrentar

o mundo. É fundamental, porém, que enquanto educadores, tenhamos claro posicionamento a respeito de se o mundo precisa somente ser “enfrentado” de forma passiva e disciplinada ou se esse enfrentamento precisa ser mais amplo, abarcando a compreensão dos fatores que o fazem ser como é. A opção pela concepção mais ampla de “enfrentamento” requer que ampliemos a consciência dos alunos no sentido de que se posicionem diante das injustiças e ideias parciais que ideologicamente conformam milhões de pessoas, logo, estamos diante de uma opção política.

Trazemos diversas heranças da escola em que estudamos. A maior parte delas de forma tão incorporada ao nosso ser que dificilmente as reconhecemos como tais. “Livro pra ser bom tem que ser grosso”; “o professor fala e o aluno ouve”; “é o professor quem decide como vai ser a aula”; “sala de aula é lugar de silêncio” são apenas algumas das verdades inquestionáveis inculcadas pela escola tradicional que acabam determinando muito da prática de diversos professores ao longo de sua caminhada profissional.



A escola tradicional sempre tratou o desenvolvimento de competências como algo natural e automático

ção como fator de fixação do solo em encostas? A partir dessa análise, o professor precisa focar os esforços na mesma proporção da relevância do conteúdo para o desenvolvimento da competência. Outra atitude fundamental no desenvolvimento de competências em sala de aula é a apresentação de situações-problemas que tenham relevância sociocultural, ou seja, que sejam as mais próximas possíveis da vida como ela é. Seguindo o exemplo, seria ensinar os conteúdos formação de solos e erosão através da análise de situações reais de deslizamentos de encostas. Outros exemplos podem ser: ensinar orientação geográfica através do uso real de bússolas e ensinar as quatro operações, fazendo compras num mercadinho simulado.

Analisemos um outro exemplo: o desenvolvimento da competência de calcular distâncias reais usando um mapa. Toda a teoria e técnica de interpretação de mapas e o conhecimento sobre o assunto, geralmente pode ser apresentado sob forma de aula expositiva e participativa. Precisamos, igualmente, desenvolver o olhar cartográfico (visão de cima para baixo), a capacidade de ler e compreender legendas e escalas, identificar tipos de mapas e realizar operações com números decimais. Essas são habilidades básicas para se calcular distâncias reais a partir de um mapa. É fundamental listarmos as atitudes inerentes a um bom interpretador de mapas (como analisar a escala e tipo de mapa, por exemplo) e evidenciar a necessidade de que sejam desenvolvidas. Por fim, precisamos proporcionar experiências básicas de manuseio e interpretação de mapas, como levar aos alunos a localizar, reduzir e ampliar escalas, comparar lugares, etc.

Para que auxiliem no desenvolvimento de competências, os desafios apresentados em sala de aula devem possuir algumas características essenciais. A primeira delas é terem relevância sociocultural. A segunda é terem nível de dificuldade compatível com o conhecimento e o nível de desenvolvimento cognitivo dos alunos. A terceira é serem apresentados num nível crescente >>>

Talvez o paradigma que mais influencie a prática docente seja o de que o aluno deve se ocupar de aprender os conteúdos que lhes são ensinados, independente de sabermos para que servem ou de identificarmos sua aplicação prática. Uma vez perguntados a respeito disso, os professores, em geral, respondiam que um dia os alunos descobrirão para que servem os conteúdos ao se depararem com desafios da vida que exigirão sua aplicação. Foi isso que aconteceu conosco na escola e mesmo sem termos descoberto até hoje a aplicação prática da maioria dos conteúdos que estudamos, essa verdade continua soando como incontestável. A escola tradicional sempre tratou o desenvolvimento de competências como algo natural e automático. Ao aprender os conteúdos, iremos, naturalmente, desenvolver as competências como num passe de mágica.

O conceito de competência é bastante discutido e refletido, em especial no contexto acadêmico, em função da necessidade de se entender quais os elementos que a compõem e como podemos aperfeiçoar seu desenvolvimento. Competência, tomando-se por base as definições mais aceitas, é a capacidade para solucionar situações

complexas que exijam conhecimentos, habilidades, experiências e atitudes de diversas naturezas. De forma mais simples, ser competente é saber fazer escolhas, decidir, mobilizar recursos e agir, diante de situações complexas. A maioria dos autores concorda que as competências são compostas por quatro principais articuladores que são o conhecimento, a habilidade, a atitude e a experiência. Ao contrário do que a escola nos inculcou, não basta ensinarmos conteúdos, é preciso uma ação específica no sentido de desenvolvermos competências e essa ação envolve, além de ensinar conteúdos, desenvolver habilidades e atitudes e proporcionar uma experiência mínima. O professor precisa colocar em prática esses quatro articuladores para que verdadeiramente desenvolva as competências.

Ao ensinar determinado conteúdo, a primeira pergunta do professor deve ser qual a relevância do mesmo para o desenvolvimento das competências efetivamente planejadas. Tomemos um exemplo em Geografia. Qual conteúdo é mais relevante para o desenvolvimento da competência de analisar situações de risco em encostas na vida real? Diferentes tipos de erosão de acordo com o elemento que a desencadeia ou a vegeta-



freepik.com

Resolver problemas através de cálculos não depende somente do raciocínio matemático, mas muitas vezes da compreensão dos processos químicos, físicos e biológicos

de dificuldade e a quarta é evocarem conteúdos, habilidades, atitudes e experiências que levem as crianças e jovens a resolverem o problema. Para isso, as atividades desafiadoras precisam ser minuciosamente planejadas, levando em conta todas as suas características essenciais.

Costumeiramente reduzimos o processo de desenvolvimento de competências a dois momentos: apresentação do conteúdo e exercícios simulados, acreditando que as habilidades e as atitudes serão automaticamente desenvolvidas com a prática, o que pode ocorrer desde que haja uma grande intencionalidade e dedicação por parte do aluno o que, infelizmente, não é a regra. É preciso, urgentemente, desenvolver a consciência de que ensinar conteúdos não é desenvolver competências.

Existem competências que são específicas de uma determinada área do conhecimento e outras, que são necessárias em várias áreas. Podemos chamar a essas últimas de competências multidisciplinares, cujo desenvolvimento precisa ser assumido por todas as disciplinas que delas necessitem em todos os níveis e

séries. Levar o aluno a dominar a leitura e a escrita e outras linguagens mais usuais pode, a princípio, parecer tarefa exclusiva da disciplina Língua Portuguesa, mas cada disciplina tem seus textos, expressões e vocabulários específicos que precisam ser ensinados pelos professores dessas disciplinas. Entender um texto de Geografia, depende não somente de o aluno saber ler e escrever, mas de saber ler e entender a linguagem geográfica que é composta de expressões e vocabulário próprio. Resolver problemas através de cálculos não depende somente do raciocínio matemático, mas muitas vezes da compreensão dos processos químicos, físicos e biológicos. Analisar, sintetizar e interpretar dados, fatos e situações não é exclusividade da História, da Sociologia ou da Geografia, mas competência necessária para ler e interagir com os textos jornalísticos. Nessa mesma categoria das competências multidisciplinares, podemos incluir a compreensão do entorno social e a atuação sobre ele, a análise crítica dos meios de comunicação, a localização, acesso e uso das informações acumuladas, o planejamento e a arte de trabalhar e

decidir em grupo. Essas competências devem estar presentes em todos os planos de ensino de todos os níveis e séries, de forma que o educando possa desenvolvê-las natural e progressivamente ao longo de sua vida escolar.

Por fim, uma situação desafiadora que se pretende estratégica para desenvolvimento de competências precisa evocar saberes, atitudes e habilidades. É aqui que os conteúdos ganham significado no processo. É impossível o desenvolvimento de competências sem eles. Os conteúdos passam a ser “dirigidos” pelas competências. Num currículo por competências não há lugar para conteúdos desconectados e a ordem de apresentação dos conteúdos é ditada pelas competências que estão sendo desenvolvidas. ●



JÚLIO FURTADO

Doutor em Ciências da Educação e diplomado em Psicopedagogia pela Universidade de Havana, Cuba. Mestre em Educação pela UFRJ. Pedagogo. Palestrante e escritor. www.juliofurtado.com.br

TARIFA ZERO

PARA VR REFEIÇÃO
E VR ALIMENTAÇÃO.



COM A KLIMA, OS BENEFÍCIOS MAIS DESEJADOS PELOS FUNCIONÁRIOS TÊM CONDIÇÃO ESPECIAL: TARIFA ZERO.

Com a parceria da Klima Corretora junto ao SIEESP e à VR Benefícios, a sua empresa tem muito a ganhar. O motivo é simples: são os benefícios mais desejados, com as condições imperdíveis que só a Klima pode oferecer. Solicite nossa proposta e proporcione aos seus funcionários os benefícios VR Refeição, VR Alimentação, VR Auto, VR Transporte e VR Cultura. Você cuida mais dos funcionários e eles cuidam mais da sua empresa.



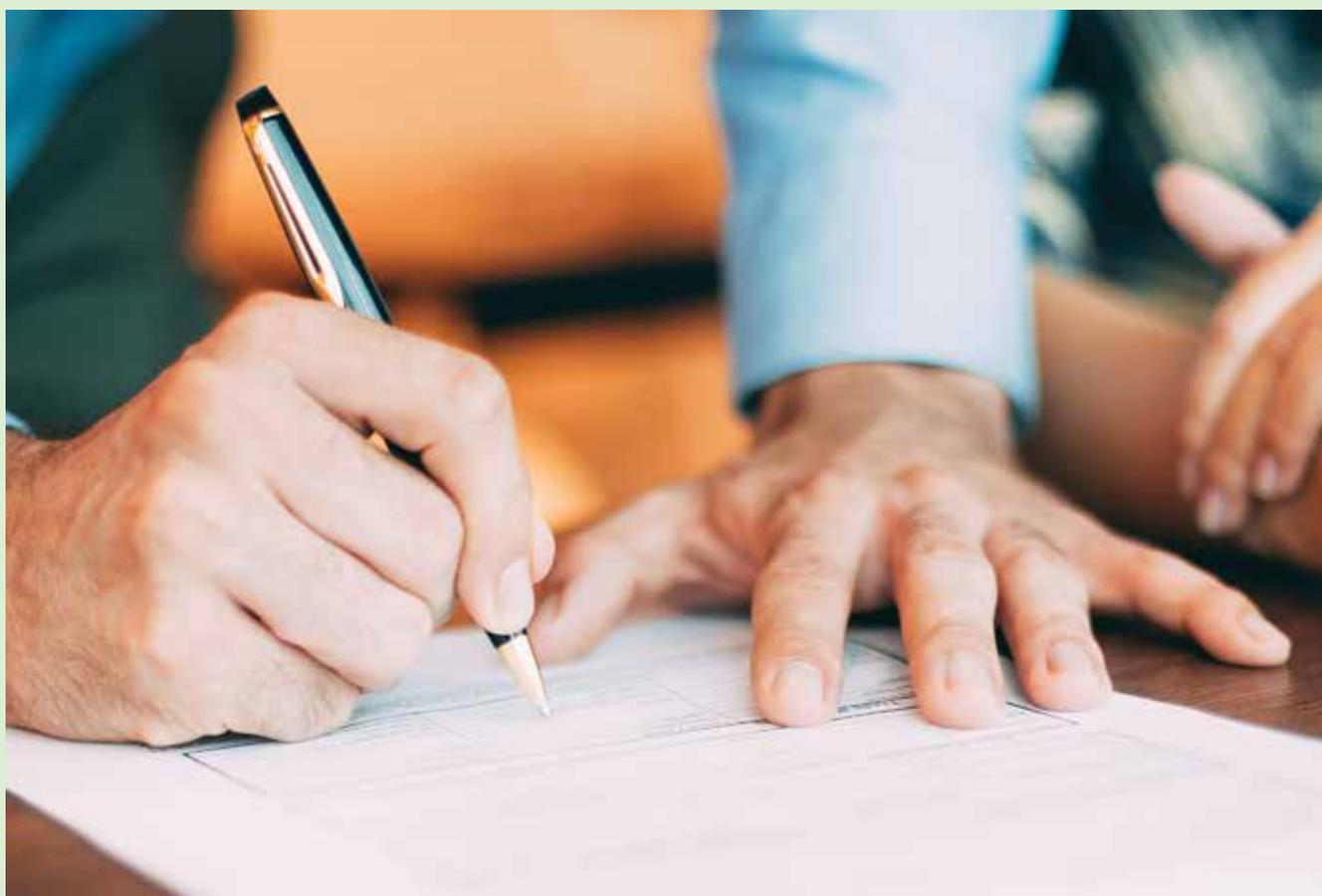
VANTAGENS DE TRABALHAR COM A VR BENEFÍCIOS:

- Agilidade, praticidade e segurança na distribuição do benefício.
- Valores e periodicidade estipulados por sua empresa.
- Solicitação de créditos pelo sistema on-line e muito mais.

Entre em contato com a
Klima Corretora de Seguros
e solicite uma proposta.
Tel.: (11) 5087-6522

Klima
CORRETORA DE
Seguros





A importância da regularidade fiscal das Instituições de Ensino

Em 8 de agosto de 2014, foi publicada a Lei Complementar nº 147/2014 que alterou a Lei Complementar 123/2006. Aludida alteração legislativa foi aplaudida, à época, ao passo em que além de ampliar o rol de atividades passíveis de adesão ao Simples Nacional, estabeleceu a dispensa de apresentação das Certidões Negativas de Débitos Tributários, Trabalhistas e Previdenciários para a baixa das sociedades.

Se por um lado a novidade atinente à dispensa de regularidade fiscal, para a baixa das sociedades, foi reconhecida como uma verdadeira evolução em razão da nítida redução do prazo para o encerramento de pessoas jurídicas, por outro lado, aludido avanço legislativo trouxe indubitável ônus, qual seja, o da responsabilidade solidária dos titulares, dos sócios e dos administradores pelos débitos remanescentes (no período de ocorrência dos respectivos fatos geradores) caso o encerramento, da pessoa jurídica, seja realizado sem a apresentação das certidões negativas. Vale dizer, eventual baixa da sociedade não impede posterior cobrança de tributos.

Apesar deste cenário aparentemente favorável, alinhado à pleiteada desburocratização no Brasil e passados quase dois anos da publicação da Lei Complementar 147/2014, utilizada a título exemplificativo, a regularidade fiscal continua sendo um dos maiores desafios para a sustentabilidade das atividades das pessoas jurídicas, sejam elas com fins lucrativos (sociedades limitadas ou anônimas, por exemplo) ou sem fins lucrativos (Associações e Fundações).

Vejamos algumas questões práticas que permeiam a regularidade fiscal.

1) Na prática, o que significa ter regularidade fiscal?

De acordo com o Código Tributário Nacional, a Certidão Negativa de Débitos é o documento emitido pela Administração Tributária hábil a comprovar a inexistência de débitos pendentes de quitação perante o Fisco. Documento semelhante e portador dos mesmos efeitos da Certidão Negativa de Débito, é a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa correspondente ao documento no qual

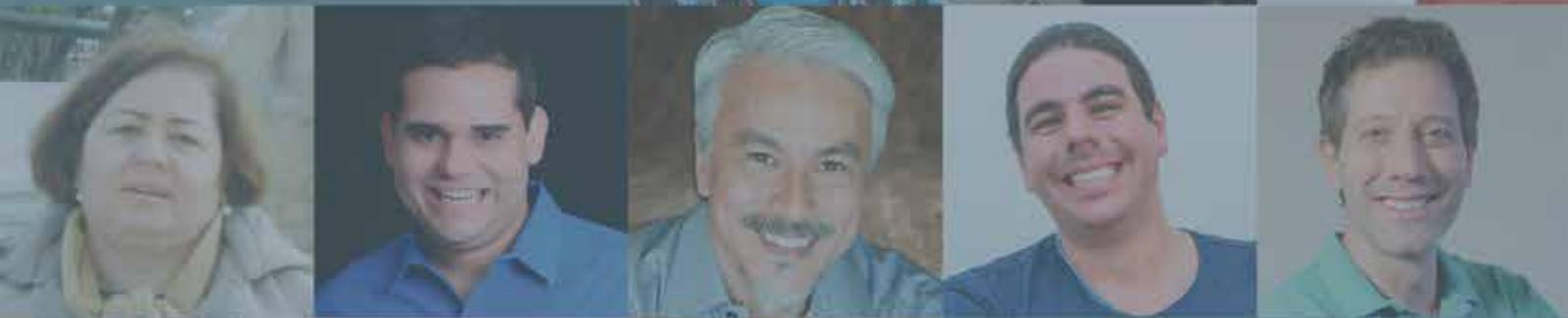
a Administração Tributária certifica que existem débitos pendentes de quitação, mas que estão com sua exigibilidade suspensa nos moldes de uma das 6 (seis) hipóteses legais previstas no artigo 151, do Código Tributário Nacional, quais sejam: a moratória, o depósito no montante integral do débito, a defesas e os recursos administrativos, a medida liminar em Mandado de Segurança, a medida liminar ou a de tutela antecipada em outras espécies de Ação Judicial ou parcelamento. Vale realçar que a Certidão emitida para a pessoa jurídica é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais.

Note-se que o gênero “Certidão Fiscal” comporta 3 (três) espécies, quais sejam, Certidão Positiva de Débitos, Certidão Negativa de Débitos e Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, sendo certo que para fins de regularidade fiscal são aceitas, tão somente, as duas últimas espécies, nos ditames dos artigos 205 e 206 do Código Tributário Nacional.

As Certidões em comento são emitidas pelas 3 (três) esferas de governo (federal, estadual e municipal) e têm vali- >>>

bett educar

10-13 MAIO 2017
SÃO PAULO EXPO



Inovação:
Novos Horizontes
para a Educação.



Está chegando
o Congresso
Bett Educacão 2017!

Seja um agente transformador da educação na maior **Feira e Congresso de Educação e Tecnologia da América Latina**. Serão **133 atividades**, realizadas em **7 auditórios**, contando com a participação de representantes de grande relevância no cenário educacional do Brasil e do exterior.

Acesse bettbrasileducacão.com.br/congresso, conheça a grade completa de atividades para este ano e inscreva-se!

30%

Desconto para associados
SIEEESP: BETTSIEEESP

Participe!

Entre em contato e confira os descontos especiais para grupos.

Baixe o APP



contato@bettbrasileducacão.com.br
+55 11 3372-7274



REVISTA OFICIAL
EDUCAÇÃO

CHANCELLER
SIEESP

PARCEIROS DE CONTEÚDO

IS Instituto Singularidades
Formação, publicação, transformação e cultura

por vir

CÉLULA SHOW

PARCEIROS

consed **UNIME SP**

REALIZAÇÃO

ASCENTIAL
EVENTS



Vale dizer, eventual baixa da sociedade não impede posterior cobrança de tributos

dade específica de acordo com o órgão emissor. A título de exemplo, a prova de regularidade fiscal no âmbito federal é efetuada mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) denominada “Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União” e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data de emissão.

2) O que pode ser óbice à emissão da Certidão Negativa de Débitos ou da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa?

O não pagamento de tributos, o pagamento a menor, o pagamento a destempo sem multa e juros, o não cumprimento de obrigações acessórias ou a transmissão destas após o prazo legal (declarações como o ECD - Escrituração Contábil Digital, ECF - Escrituração Contábil Fiscal, emissão de Notas Fiscais).

Este cenário impõe a existência de contabilidade e de área fiscal eficientes e transparentes concatenadas com os controles internos da pessoa jurídica que, por seu turno, são procedimentos cujos objetivos são: proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e auxiliar na condução ordenada dos negócios da pessoa jurídica. Em outras palavras, de nada adianta um exímio trabalho contábil e fiscal se os controles internos, da pessoa jurídica, são falhos, uma vez que estes, no final das contas, não traduzirão da realidade.

3) Quais operações, atualmente, exigem regularidade fiscal para as pessoas jurídicas?

Abaixo elencaremos algumas situações que são impactadas ou obstadas pela ausência de regularidade fiscal:

a) Organizações da Sociedade Civil (OSC's – Associações, Fundações, Organizações Religiosas e as Sociedades Cooperativas previstas na Lei nº 9.867/99): nos termos do Decreto nº 8.726/2016 que regulamentou a Lei nº 13.019/2014, as OSC's selecionadas para a celebração de Parcerias com o Poder Público (Termo de Colaboração, Termo de Fomento ou



freepik.com

Acordo de Cooperação) deverão apresentar, antes da celebração do respectivo Termo, diversos documentos e, dentre eles, a Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

b) Fruição de imunidade - CEBAS - Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social: é a certificação opcional para entidades sem fins lucrativos das áreas de educação (Ministério da Educação), de saúde (Ministério da Saúde) e de assistência social (Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário). Trata-se de requisito para fins de fruição da imunidade de contribuições sociais como, por exemplo, da cota patronal, conforme o disposto na Lei nº 12.101/2009 regulamentada pelo Decreto nº 8.242/2014. A entidade beneficente certificada fará jus à imunidade do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei nº 8.212/91, desde que atenda, cumulativamente, a alguns requisitos e, dentre eles, está a apresentação de Certidão Negativa ou de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

c) Habilitação em licitações: a Lei nº 8.666/93 prevê, em seu artigo 27, rol taxativo de documentos para fins de habilitação em licitações e, dentre eles (inciso IV) está a prova de regularidade

fiscal e trabalhista. A documentação relativa à regularidade fiscal, conforme o caso, consistirá em prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou da sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei. O SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do governo federal que tem por finalidade cadastrar e habilitar parcialmente os interessados, pessoas físicas ou jurídicas, em participar de licitações realizadas por órgãos/entidades da Administração Pública Federal, bem como acompanhar o desempenho dos fornecedores cadastrados e ampliar as opções de compra do Governo Federal, também exige a apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal para fins de cadastramento;

d) Operações com Imóveis: nos termos do artigo 47, da Lei 8.212/91 (que dispõe sobre a organização da Seguridade Social), para pessoas jurídicas, é exigida a Certidão Negativa de Débito - CND, fornecida pelo órgão competente, nos casos de alienação ou de oneração, a qualquer título, de bem imóvel ou direito a ele relativo. Em que pese a discussão reiteradamente veiculada na mídia acerca da decisão do Supremo Tribunal Federal proferida no âmbito das Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 173/DF e 394/DF, a exibição da Certidão Negativa de Débito continua obrigatória nestas situações, ex- >>>



Tenha a **Cultura Inglesa**
dentro da sua instituição de ensino,
da educação infantil ao nível superior.

Com o **Cultura In**, sua instituição passa a contar com
o melhor curso de inglês do mercado

- Cursos próprios, desenvolvidos pelos nossos experientes profissionais (educadores, pedagogos, professores, especialistas em tecnologia);
- Conteúdos constantemente atualizados com base em extensivas pesquisas de mercado e tendências em ensino de línguas;
- Aulas desenvolvidas pensando nas necessidades do aluno brasileiro.
- Centro preparatório e aplicador de exames de proficiência internacionais.

Conheça o Holiday Club: o programa de férias para crianças de 6 a 9 anos,
com atividades que fazem a criança aprender brincando.



Para mais informações,
entre em contato conosco:

culturain@culturainglesasp.com.br

Tel. (11) 3039-0533





A era digital mudou a forma como as pessoas se relacionam com a informação

ceto nos casos de transações imobiliárias envolvendo empresa que explore exclusivamente atividade de compra e venda de imóveis, locação, desmembramento ou loteamento de terrenos, incorporação imobiliária ou construção de imóveis destinados à venda, desde que o imóvel objeto da transação esteja contabilmente lançado no ativo circulante e não conste, nem tenha constado, do ativo permanente da empresa. No julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº. 173/DF e 394/DF o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucionais o artigo 1º, seus incisos I, III e IV, e parágrafos 1º, 2º e 3º, da Lei 7.711/88. Note-se que o artigo 47, da Lei nº. 8.212/91 (vigente), exige a apresentação de Certidão Negativa de Débitos - CND o que representa a regularidade fiscal do contribuinte admitindo-se, deste modo, também, a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa. Já o artigo 1º, da Lei nº. 7.711/88, julgado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, exigia a prova da quitação de créditos tributários exigíveis e, deste modo, não admitia eventuais situações de suspensão da exigibilidade do crédito tributário (artigo 151, do Código Tributário Nacional);

e) Patrocínio de eventos culturais - BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento: o BNDES pode conceder patrocínio a projetos culturais que contribuam para a valorização de sua marca; divulguem sua atuação, produtos e serviços junto a públicos de interesse e potenciais clientes e contribuam para a ação institucional do BNDES no relacionamento com entes públicos e privados visando à consecução de seus objetivos e metas. Dentre os documentos necessários para a contratação, os Projetos Selecionados deverão apresentar, dentre outros documentos, certidões comprobatórias da regularidade fiscal da entidade solicitante no que diz respeito aos débitos relativos aos créditos tributários federais e à dívida ativa da União, o que inclui as contribuições previdenciárias e de terceiros (emitida em conjunto pela Secretaria da Receita Federal do Brasil



freepik.com

e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – Fonte: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Patrocínio/Introducao/documentos_necessarios.html e

f) Opção e manutenção - Simples Nacional: não poderá recolher os impostos e as contribuições na forma do Simples Nacional (Lei nº 123/2006) a microempresa (receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00) ou a empresa de pequeno porte (receita bruta anual superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00) que possua débito com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ou com as Fazendas Públicas Federal, Estadual ou Municipal, cuja exigibilidade não esteja suspensa nos termos do artigo 151, do Código Tributário Nacional supracitado.

Aliado ao cenário acima, acrescenta-se o fato de que a era digital mudou a forma como as pessoas se relacionam com a informação, inclusive no que tange à regularidade fiscal. Há tempos é possível, ao contribuinte, acompanhar

pela internet aquilo que chamamos de “situação fiscal”, especialmente na esfera federal para que, desta forma, possa agir preventivamente de modo a sanar eventuais pendências antes do vencimento da Certidão.

O ideal é que o contribuinte atue preventivamente, tendo em vista que quando não é possível a emissão de Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa pela internet, uma vez protocolizado o pedido junto à Receita Federal, o prazo para a análise será de 10 (dez) dias e, em muitos casos, tal situação configura óbice à celebração de negócios, à tomada de empréstimos, bem como à participação em licitações o que, em muitos casos, enseja a impetração de Mandado de Segurança que, apesar de não ter honorários sucumbenciais, tem custos processuais.

Diante deste cenário, resta evidente que a manutenção da regularidade fiscal, com o preventivo se sobrepondo ao repressivo, fomenta as boas práticas de gestão das instituições de ensino. ●



DRA. VANESSA RUFFA RODRIGUES

Coordenadora de Atualização Legislativa para Assuntos do Terceiro Setor da OAB/SP. Professora da Escola Superior de Advocacia de São Paulo e da Escola Aberta do Terceiro Setor. Membro do ISTR - International Society for Third Sector Research. Graduada em Direito pela FMU. Especialista em Direito Tributário pela Universidade Mackenzie. Extensão em Direito Tributário e Societário pela FGV (GVLaw). Extensão em Tributação do Setor Comercial pela FGV (GVLaw). MBA em Gestão de Tributos e Planejamento Tributário pela FGV (FGV Management-SP).

PROGED

2017

PROGRAMA NACIONAL DE GESTÃO EDUCACIONAL

PREPARE SUA EQUIPE PARA O PRÓXIMO NÍVEL DA GESTÃO E EXCELÊNCIA EDUCACIONAL.

29 e 30 de Maio/17
SÃO PAULO SP
HOTEL TULIP IN
PAULISTA CONVENTION

22 e 23 de Maio/17
RIO JANEIRO RJ

05 e 06 de Junho/17
BELÉM PA

08 e 09 de Junho/17
SÃO LUÍS MA

12 e 13 de Junho/17
FORTALEZA CE

COORDENAÇÃO E PALESTRANTES



PROF.
FLÁVIO TOFANI
(Tio Flávio)



PROF.
MARINO MENOSSI JR.



PROF.
ALEXANDRE VENTURA



PROFa.
TÂNIA QUEIROZ

MARKETING BRANDING PLANEJAMENTO CUSTOS MIDSET
INADIMPLÊNCIA ESTRATÉGICO LIDERANÇA DESIGN THINKING

ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO

INSCRIÇÕES E INFORMAÇÕES

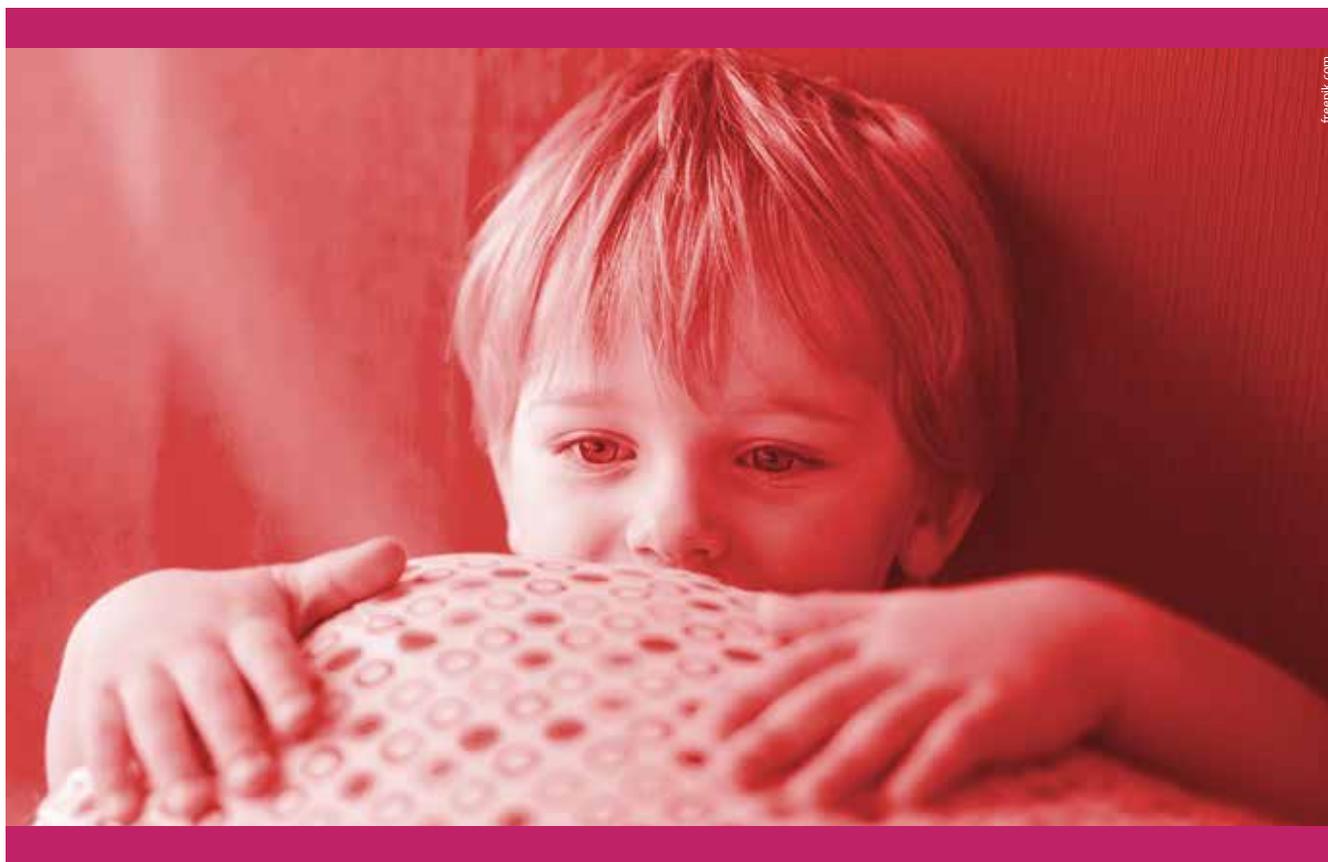
acerplan
consultoria & assessoria
educacional



WWW.ACERPLAN.COM.BR

(11) 2989 6080 - 2987 1407
acerplan@acerplan.com.br





COMO É O TRATAMENTO DO AUTISMO?

O PLANO INDIVIDUAL DE TRATAMENTO primeiro passo para o tratamento do autismo será a criação do Plano Individual de Tratamento (PIT). Esse PIT consiste em um projeto de tratamento que leva em consideração todas as necessidades individuais da criança com autismo. Lembre-se que os transtornos do espectro autista englobam uma miscelânea de possibilidades e cada paciente apresenta necessidades diferentes um do outro.

Portanto, saber identificar as necessidades de cada criança com autismo será fundamental para criar um plano individualizado e personalizado para que todas as potencialidades da criança sejam exploradas.

Vale destacar que a criação do PIT deve considerar diversos fatores, incluindo as necessidades específicas de cada criança, o grau de gravidade dos

sintomas, a disponibilidade e a adesão familiar ao tratamento.

Para tanto, alguns elementos-chave devem ser considerados, formando os cinco pilares de orientação para a criação desse plano individual de tratamento:

- **INDIVIDUALIZAÇÃO DO TRATAMENTO**
- **ATENDIMENTO PERSONALIZADO**
- **ATENDIMENTO INTERDISCIPLINAR**
- **COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS**
- **DEFESA DE DIREITOS E ORIENTAÇÃO DE PAIS E CUIDADORES**

PLANO INDIVIDUAL DE EDUCAÇÃO

Tão importante quanto à criação do Plano Individual de Tratamento, também será de fundamental importância que a

criança esteja inserida em um programa educacional que possibilite sua aprendizagem, estimulação e desenvolvimento a partir da criação de um Plano Individual de Educação.

Esse plano educacional levará em consideração as necessidades individuais do estudante e objetiva estruturar o ambiente escolar para promover a aprendizagem acadêmica e social, sempre respeitando as limitações individuais e estimulando as potencialidades da criança.

A criação do Plano Individual de Educação é de responsabilidade da coordenação pedagógica e orientadores educacionais, mas deve contar também com a colaboração da equipe terapêutica que acompanha o tratamento do jovem estudante.

A decisão por uma escola de ensino regular ou especial dependerá do grau de comprometimento desse aluno e toda >>>

Reduzir a inadimplência do seu colégio
aliada a gestão financeira eficaz.



Advice POS a evolução em **Sistema** de **Gestão Educacional**

Advice POS, o Sistema de Gestão Educacional que possibilita você ter a visão completa do seu colégio na palma da sua mão.

Com total integração com as áreas administrativa, de captação e acadêmica, o processo financeiro será muito mais preciso, seguro e ágil para sua tomada de decisão, possibilitando a redução da inadimplência e um melhor planejamento financeiro.

Com o *Advice POS* você terá muito mais tempo para aquilo que realmente importa: a captação, manutenção e futuro dos seus alunos.

- Gestão financeira e orçamentária
- Controle de indicadores
- Planejamento escolar
- Captação de alunos
- Gestão de compras
- Interface web
- Solução Quadro Horário

11 3513-5075 • www.advicesystem.com.br • comercial@advicesystem.com.br





freepik.com

Qual pai ou mãe não faria qualquer coisa para ver seu filho curado do autismo?

equipe terapêutica deve participar dessa decisão, orientando a família pela melhor estratégia educacional a ser seguida.

JANELAS DE OPORTUNIDADE

Até poucas décadas atrás, o autismo era um problema comportamental identificado apenas por volta dos três ou quatro anos de idade, entretanto, com o avanço dos conhecimentos sobre essa patologia, tornou-se importante identificá-la o mais precocemente possível, preferencialmente até os dois primeiros anos de vida da criança.

Um dos grandes problemas no tratamento dos transtornos do espectro autista é a demora na identificação dos sintomas e o conseqüente atraso para se fazer o diagnóstico e iniciar o tratamento. Hoje sabemos que o autismo é um transtorno do comportamento que possui “janelas de oportunidade” para intervenção. Isso significa que, se esperarmos para agir, perdemos chances ímpares de promover a melhora desse paciente e limitamos a chance dele de obter sucesso no tratamento de determinados sintomas.

Como relatei no capítulo 4, comumente me deparo com casos em que a família demorou muito a procurar ajuda especializada, pois tinha se deparado com profissionais que assumiram o se-

guinte discurso: “Ele não tem nada, ele tem o tempo dele, vamos esperar.” Pois enfatizo novamente que existem marcos importantes do desenvolvimento infantil que precisam ser respeitados e caso a criança apresente atrasos importantes, ela precisa ser avaliada criteriosamente por uma equipe médica especializada.

Logo, a precocidade do diagnóstico e do tratamento é fundamental para ajudar no prognóstico e permitir que a criança seja tratada desde a idade pré-escolar. Quanto mais cedo identificado o problema, melhor!

TRATAMENTO ALTERNATIVO (PERIGO À VISTA!!!)

Esse termo se refere a tentativa de tratamento a partir de métodos considerados controversos pela medicina moderna. Algumas das modalidades utilizadas são dietas especiais, reposições

vitamínicas, homeopatia, acupuntura, suplementação com sucos e ervas medicinais, quelação (suposta retirada de metais pesados do organismo) ou quaisquer tratamentos que são desprovidos de comprovação científica de eficácia.

Essas tentativas de tratamento podem ser potencialmente perigosas e desfoam os esforços terapêuticos para intervenções sem fundamentação científica e dependendo da intervenção pode colocar em risco a vida e a saúde da criança.

Essas propostas de tratamento são muito sedutoras. Qual pai ou mãe não faria qualquer coisa para ver seu filho ou filha curado do autismo? Infelizmente ainda não existe a cura do autismo, portanto desconfie de intervenções terapêuticas “mágicas” que prometam a eliminação de sintomas e sempre que tiver dúvidas sobre o tratamento, procure orientação do médico especialista de seu filho. ●



GUSTAVO TEIXEIRA

Médico Psiquiatra da Infância, Professor Visitante - Bridgewater State University, Mestre em Educação - Framingham State University, Diretor Executivo - CBI of Miami.
www.cbiofmiami.com

POSITIVO
FELIZ
SÓ
PO

QUEM É POSITIVO
SAI NA FRENTE
NO ENEM

320

ESCOLAS CONVENIADAS
FORAM PRIMEIROS
LUGARES NO ENEM EM
SUAS CIDADES.

* ENEM 2015.

 SISTEMA DE ENSINO
POSITIVO

O RESULTADO É SEMPRE POSITIVO

Educação inclusiva: mais afetividade e menos reclamação!



freepik.com

Durante as minhas palestras, por algumas vezes o pessoal toca na questão de que muito pouco tem sido feito por parte do Governo. E isso me incomoda cada vez mais.

Vejo que ainda temos muito da cultura paternalista de esperar que tudo venha de cima, já pronto tanto no sentido de leis como de investimentos e recursos. Como se tudo pudesse acontecer de maneira mágica por meio de decreto-lei ou simplesmente tendo recursos financeiros, por exemplo. Mas gente, o Governo representa 10% da população. Nós somos os outros 90%. Se quisermos, nós mudamos o mundo!

E com a Educação Inclusiva não é diferente. Defendo que ela só terá sucesso se for realizada de baixo para cima, das bases e com o envolvimento de todos. Creio que um dos caminhos mais certos para a Educação Inclusiva seja a afetividade, o coração.

O professor que se despir de seus conceitos e preconceitos, abrir os braços e receber alunos a ser incluídos, trará um novo universo para dentro do seu

Creio que um dos caminhos mais certos para a Educação Inclusiva seja a afetividade, o coração

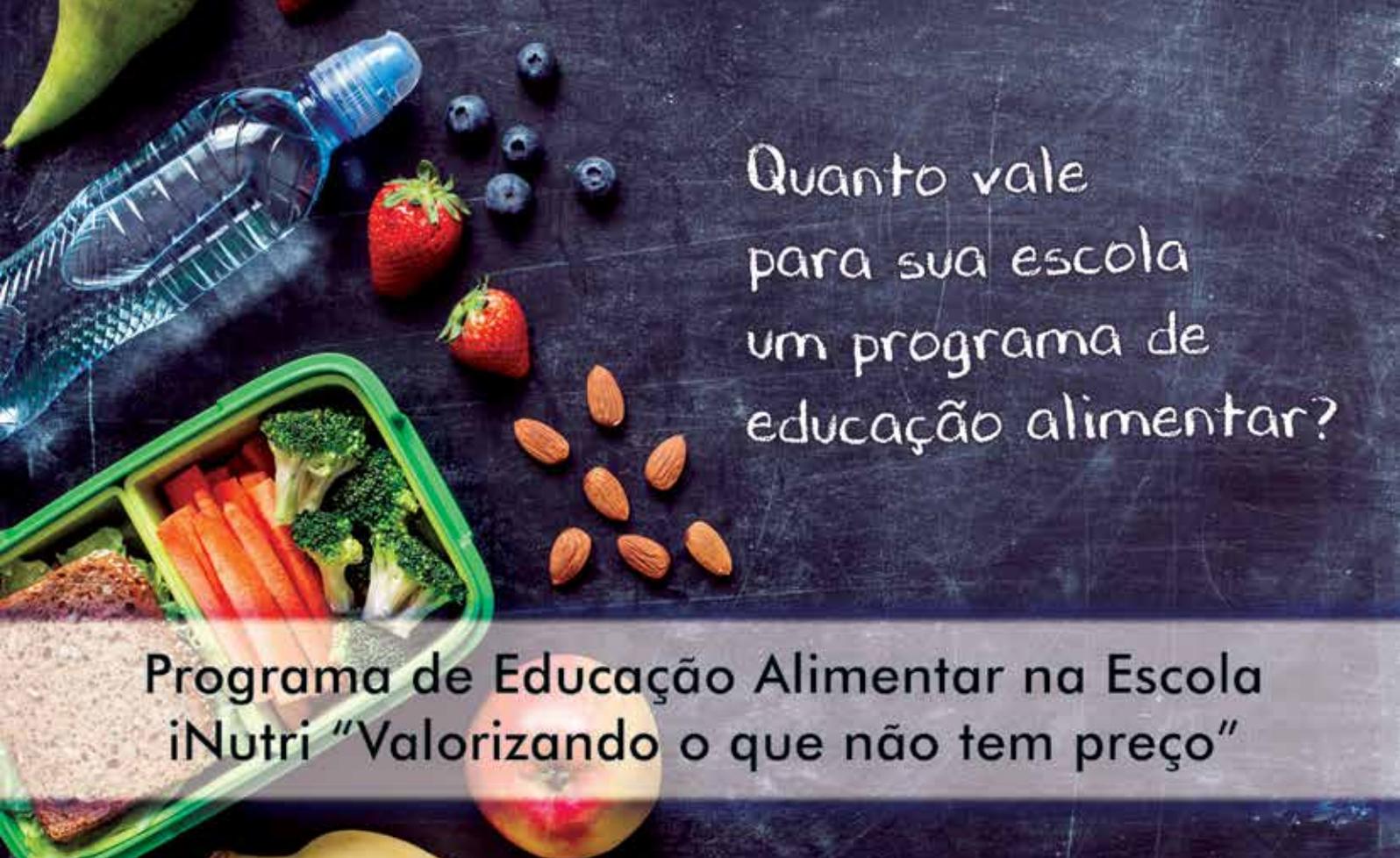
universo. E um universo precisa de tempo para ser conhecido, ser explorado sem medos e ansiedades. E as descobertas, se não recalcadas, trarão muito mais coisas positivas. Medos, inseguranças e temores são coisas para fracos, não para pessoas de coragem que já demonstram isso ao escolherem a carreira de professor no Brasil!

Posso endossar o que estou dizendo com um relato que tive num encontro. Uma aluna de psicologia que trabalhava como professora na Rede Municipal de Mogi das Cruzes, relatou-nos que em sua escola havia três alunos, entre síndrome de Down e deficiência intelectual, sendo incluídos. E com o tempo ela passou a notar um potencial muito grande em certas áreas do desenvolvimento deles.

Vejam que sensibilidade linda, que não está em nenhum manual de regras pedagógicas, teve essa professora. Ela não trouxe para discussão as dificuldades ou impedimentos que poderia ter encontrado ao lidar com a inclusão escolar desses alunos. Ela foi sensível ao ponto de preferir destacar o lado positivo.

E eu lhe disse que se no processo pedagógico essas potencialidades forem focadas e trabalhadas corretamente, eles terão um desenvolvimento muito além das nossas expectativas que serão motivos de orgulho para essa e outras professoras que educam esses três alunos.

Pode até ser que não tenham o mesmo nível de aprendizagem dos demais alunos, se desenvolverão em outras áreas de aptidões e cognições. Mas também por que >>>



Quanto vale
para sua escola
um programa de
educação alimentar?

Programa de Educação Alimentar na Escola iNutri "Valorizando o que não tem preço"

O QUE SUA ESCOLA GANHA:

1. A oportunidade de oferecer um cardápio mais saudável e seguro na lanchonete
2. Ajudar no controle à má alimentação infanto-juvenil
3. Orientação aos pais na educação alimentar e no acompanhamento nutricional
4. Nutricionista educando as crianças no ambiente escolar
5. Satisfação e fidelização do cliente - pais e alunos
6. Programa sem custo para a escola

Saiba mais: www.inutri.net



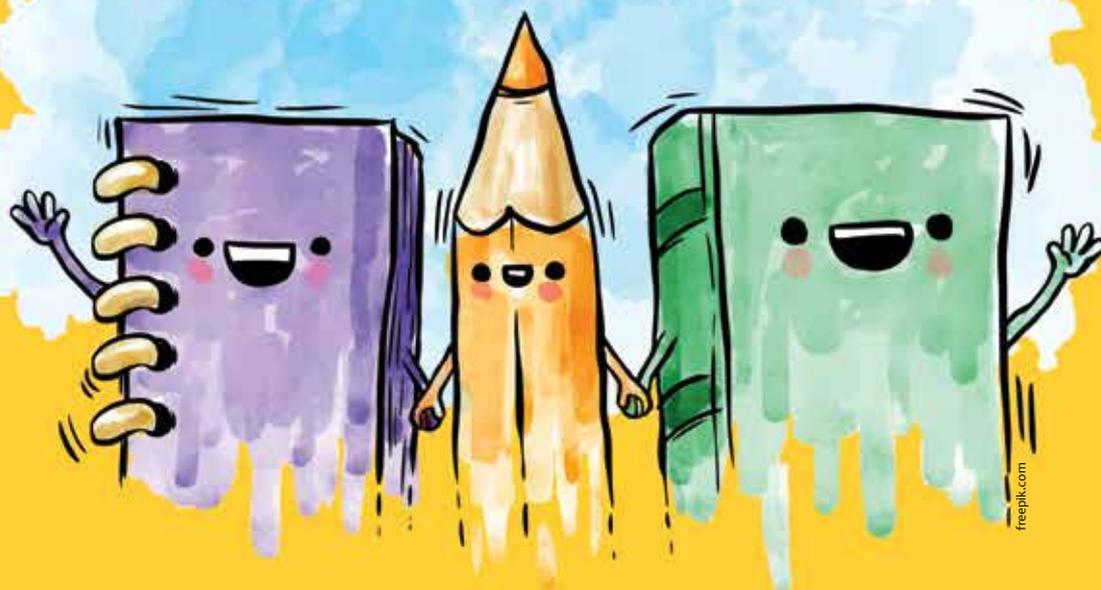
CONHECIMENTO E TECNOLOGIA
NO COMBATE A MÁ ALIMENTAÇÃO INFANTIL

Incubadora de Empresas de Base Tecnológica de São Paulo



www.inutri.net (11) 3457.7986

Av. Professor Lineu Prestes, 2.242 - Cidade Universitária - São Paulo



todos precisam se desenvolver e aprender só as mesmas coisas, não é mesmo?

A Educação Inclusiva é um processo pedagógico, mas se puder contar com a afetividade de todos os envolvidos, ajudará muito. Fundamental para o seu sucesso não será apenas jogar essa responsabilidade nas costas dos professores. Todos, os diretores, os inspetores, os atendentes, o pessoal da cantina, da limpeza, da manutenção, os demais alunos, as famílias e comunidade em geral estejam envolvidos no mesmo objetivo. E se tiver afetividade, melhor!

Professores com alunos em processo de inclusão, se necessário, poderão receber apoio e auxiliares na sala de aula. Esses educadores precisarão de treinamentos constantes. A escola receber de tempos em tempos, a visita dos professores itinerantes e/ou outros especialistas no assunto para avaliar como anda o processo, passar instruções, tirar dúvidas, dar treinamentos.

Enfim, o que quero dizer com tudo isso, é que o professor dentro de uma Sala de Aula Inclusiva é o personagem direto da Inclusão Escolar; mas por trás dele, deverá estar todo um arsenal de apoio material e humano.

O trabalho em equipe entre os profissionais de uma escola pode contribuir, e muito, para uma convivência harmoniosa, construída coletivamente, que certamente irá refletir na relação educador/

Qualquer escola precisa estar preparada para receber alunos inclusivos

educando e no processo de ensino e de aprendizagem.

Qualquer escola precisa estar preparada para receber alunos inclusivos. Mas há uma grande necessidade, principalmente por parte dos pais. A importância de se atentar às necessidades específicas de cada criança, terapias e acompanhamentos especializados, o desenvolvimento global de alunos incluídos como os aspectos psicológicos que precisam ser observados, valorização dos pontos positivos de uma deficiência, possibilidades de uma criança se desenvolver em outras áreas que não sejam impostas pelos padrões culturais. Entrando no campo pedagógico, há a importância de uma parceira em tripé: Escola, Família e Sociedade!

Mas então devemos deixar o Governo de lado? Claro que não. Devemos exigir maiores investimentos, verbas, adaptações físicas e de recursos para as escolas.

Treinamentos e constantes reciclagens para o pessoal da Educação.

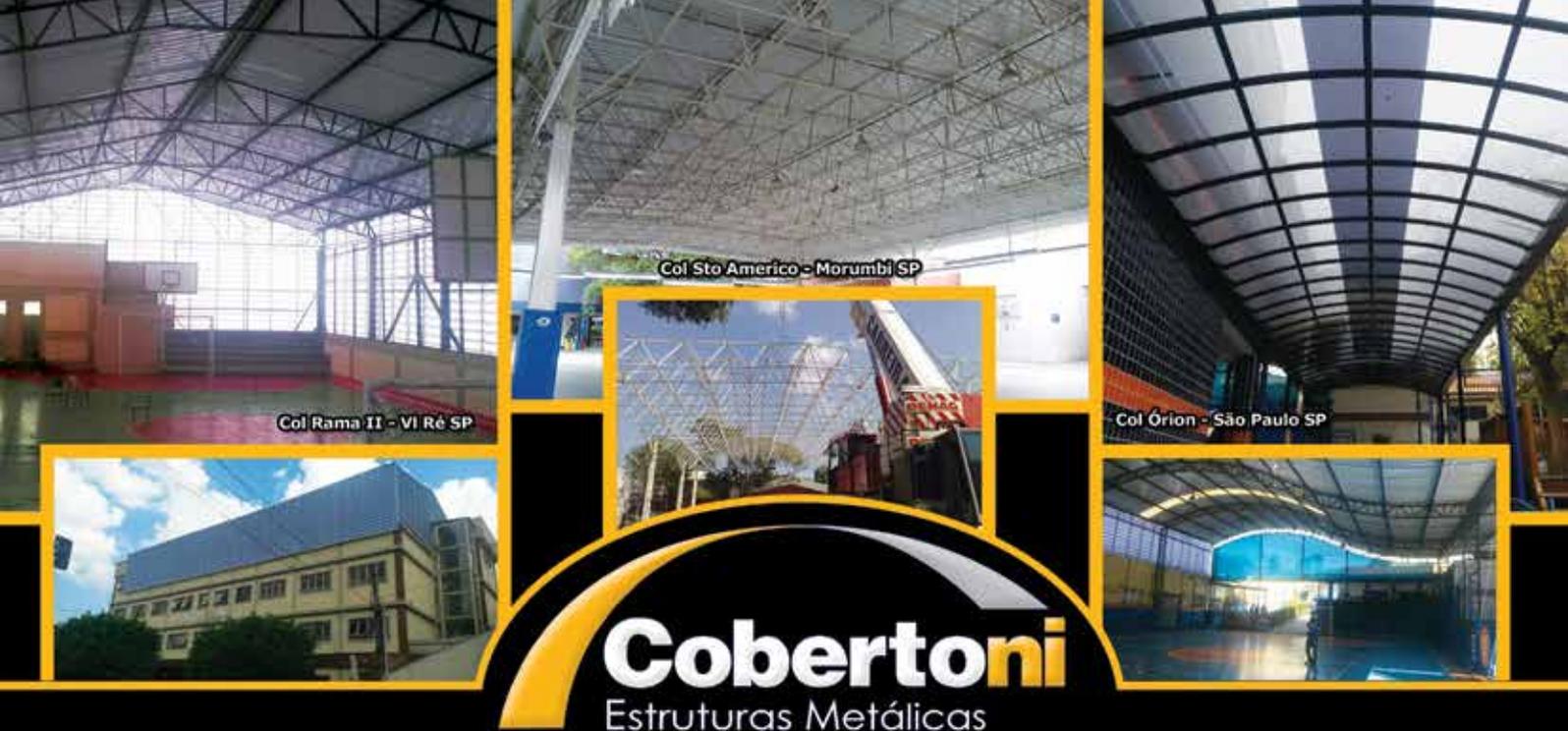
Digo exigir, porque temos outra velha visão cultural que o Governo é um “ser superior” que não podemos alcançá-lo. Esquecemos que quem os coloca lá somos nós com o nosso voto. Que o dinheiro que é negado para a melhoria da Educação e outros setores é nosso, provém dos impostos pagos. Precisamos unir a nossa parte de 90%, deixar de sermos cordeirinho e nos unirmos numa sociedade politicamente articulada, impondo-nos e deixando claro o que queremos para melhorar tanto a Educação Inclusiva como qualquer outro setor que nos é de fato e de direito.

Deixarmos de reclamar, culpar o Governo por tudo, justificando mesmo que de forma inconsciente a nossa inércia, ou ficar passando o chapéu atrás de migalhas. Mas sim temos que criar uma nova cultura: A de quem manda, é quem paga a conta. Pois os governos executivos e legislativos nada mais são do que funcionários do povo. E pagamos muito caro por isto. Aliás, temos uma das maiores cargas tributárias do mundo. E disso, eu não tenho o mínimo orgulho! ●



EMÍLIO FIGUEIRA

Autor do livro “Psicologia e Inclusão: Atuações Psicológicas Em Pessoas Com Deficiência” (Wak Editora). Psicólogo, psicanalista e educador.



Col Sto Americo - Morumbi SP

Col Rama II - VI Rê SP

Col Órion - São Paulo SP

Cobertoni

Estruturas Metálicas

**QUADRAS - GINÁSIOS - PISCINAS - PASSARELAS - GARAGENS - GALPÕES
PROJETOS ESPECIAIS - TENSIONADAS - FECHAMENTOS - MEZANINOS - RETRÁTEIS - ACM**

Col Sta. Clara - Guarulhos

Paróq Coração de Jesus - São José dos Campos

Col Crescer - Jundiaí SP

Escola Bakhita - Perdizes SP



Col Olivetano - VI Matilde SP

Col Manoel Moratto - Osasco SP

Col Externato São Judas - Pq Novo Mundo SP

Col Novo Anglo - Campinas



Col Millenium - Mogi das Cruzes

Col Gran Leone - Ribeirão Pires SP

Col CLQ - Piracicaba



FÁBRICA

PIRACICABA - SP

 (19) 3434-1888
(19) 2532-2127

**ESCRITÓRIO
COMERCIAL**

 **SÃO PAULO - SP**
(11) 97248-1066



www.cobertoni.com.br
cobertoni@cobertoni.com.br



MARK@UNIFORMES 10 anos

UNIFORMES PERSONALIZADOS

- ESCOLARES
- PROFISSIONAIS
- ESPORTIVOS

Sede Própria

Mark@Uniformes

Bordado informatizado

Contato: (11) 2010-7369 / 2015-1243
www.markuniformes.com.br - mark@markuniformes.com.br

Anuncie na revista

ESCOLA PARTICULAR

INVESTIR NA BASE
O olhar para a educação inicial

5583 5500
comercial@sieesp.com.br

85 anos a serviço da
EDUCAÇÃO

sieesp Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de São Paulo

sieesp.com.br sieesp@sieesp.com.br

AGENDA DE OBRIGAÇÕES • JUNHO DE 2017 •

• 06/06/2017	SALÁRIOS - ref. 05/2017	• 20/06/2017	INSS (Empresa) - ref. 05/2017 PIS - Folha de Pagamentos - ref. 05/2017 SIMPLES NACIONAL - ref. 05/2017
• 07/06/2017	E-Social (Doméstica) - ref. 05/2017 FGTS - ref. 05/2017 CAGED - ref. 05/2017	• 23/06/2017	COFINS - Faturamento - ref. 05/2017 PIS - Faturamento - ref. 05/2017
• 09/06/2017	ISS (Capital) - ref. 05/2017	• 30/06/2017	IRPJ - (Mensal) - ref. 05/2017 CSLL - (Mensal) - ref. 05/2017
• 12/06/2017	EFD - Contribuições - ref. 04/2017		

Dados fornecidos pela HELP - Administração e Contabilidade • helpescola@helpescola.com.br • (11) 3399-5546 / 3399-4385

O Departamento de Cursos do SIEESP promove atividades de temas atuais e de interesse do educador.

Não perca essa oportunidade de aprimorar seu currículo e desenvolver seu conhecimento.

Informações e inscrições: (11) 5583-5555 / 5583-5500

sieesp

sistemapoliedro.com.br/2018

O Sistema que ajuda a sua escola a fazer

MAIS

+FORMAÇÃO **+METODOLOGIA**
+TECNOLOGIA **+RESULTADO**



POLIEDRO
SISTEMA DE ENSINO



GRADE DE CURSOS - JUNHO/2017

SIEEESP				
CÓD.	DATA	TURNO	CURSO	PALESTRANTE
			EAD - FORMAÇÃO EM SECRETARIA ESCOLAR (curso totalmente online) INSCRIÇÕES => www.attamidia.com.br/ead-secretaria.php	CLAUDIA MARIA DE OLIVERA
5121	1	M E T	A CONQUISTA DO CLIENTE ATRAVÉS DO ATENDIMENTO PESSOAL E TELEFÔNICO	EMILIA GUAN
5122	1 e 2	N	JOGOS E BRINCADEIRAS PARA A APRENDIZAGEM DA MATEMÁTICA	ROSANA LIMA
5123	5 e 12	T	CONTO DE FADAS: UM PRESENTE DE AMOR	SILVIONÉ CHAVES
5124	5 e 19	N	OFICINA DE LETRAMENTO EM LIGUANGEM DE PROGRAMAÇÃO	LUCIANA LOURO
5125	6	T	OFICINA DE MATEMÁTICA: A CONSTRUÇÃO DE JOGOS E HISTÓRIAS QUE ESTIMULAM O RACIOCÍNIO LÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	RENATA AGUILAR
5126	6	N	INCLUSÃO. E AGORA?	THAIS FARIA COELHO
5127	7	M E T	ASPECTOS PSICONEUROLÓGICOS DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM	YARA MIRIAM HADER RODRIGUES
5128	7	N	*FRACASSO ESCOLAR*- DISTÚRBIOS QUE AFETAM O PROCESSO DE APRENDIZAGEM (DISLEXIA, DISGRAFIA, DISORTOGRAFIA TDAH, DÉFICIT DO PROCESSAMENTO AUDITIVO CENTRAL, TRANSTORNO	AUREA FERNANDES
5129	8	M E T	WORKSHOP REAJUSTE DE MENSALIDADE 2018	ALAN CASTRO
5130	8 e 22		JOGOS DRAMÁTICOS: UMA FERRAMENTA EFICAZ PARA DESENVOLVER PESSOAS E EQUIPES	YUDI YOZO
5131	9	M	PROMOÇÃO DE ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL NA ESCOLA – PARTE 1: O QUE É E O QUE FAZER	BIANCA ASSUNÇÃO IULIANO
5132	9	N	DESENVOLVENDO ATIVIDADES CRIATIVAS COM PAPÉIS PARA CURSO DE FÉRIAS E OUTRAS PRÁTICAS EM SALA DE AULA	NEUSA CASTRO
5133	10	M	NOVO ENSINO MEDIO- DOCENCIA COM INOVAÇÃO EM EDUCAÇÃO	CASSIANO Z. DE CARVALHO NETO
5134	12	M	INDICADORES DE DESEMPENHO PARA GESTÃO DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO ESCOLAR	CARLOS FRANCISCO FOCESI
5135	12 e 14	N	JOGOS NA ALFABETIZAÇÃO INICIAL	ARIANA COELHO RODRIGUES ROCHA
5136	13	M	A IMPORTÂNCIA DO CORPO NA APRENDIZAGEM: ENSINAR DE FORMA DINÂMICA E CRIATIVA – OFICINA LÚDICA!	ANA MELLO
5137	13	T	DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM E ASPECTOS PSICOMOTORES: DISGRAFIA E TDAH	ANA MELLO
5067	13,20 e 27	N	ESCOLA PARA TODOS E CADA UM	EDITH RUBINSTEIN
5138	14	M	SECRETÁRIOS DE ALTA PERFORMANCE	MICHELE ALVES
5139	20	T	MATEMÁTICA E ARTE- TARSILA E OS SÓLIDOS GEOMÉTRICOS	ARIANE HECHT
5140	21	T	HISTÓRIAS PARA LEMBRAR, SENTIMENTOS PARA CONTAR, CONTADORES PARA ENCANTAR - UMA PRÁTICA DE SUCESSO.	CHRISTYANNE G. PAES DE BUENO
5141	21	N	SEMINARIO DE PSICOPEDAGOGIA	EDITH RUBINSTEIN
5142	22	M E T	GESTÃO DE CONFLITOS ESCOLAR	CELIA REGINA GODOY
5143	23	N	"UM OLHAR SENSÍVEL NA DOCÊNCIA DE BEBÊS: DIÁLOGOS COM A ABORDAGEM PIKLER".	JONATHAS CESAR MULLER
5144	27	M	DICAS E SUGESTÕES DE COMO MANTER DISCIPLINA EM SALA DE AULA.	HELENICE STAFF
5145	27	T	SUGESTÕES DE DINÂMICAS PARA O PROFESSOR DAR UMA AULA DIFERENTE, MAIS ATRATIVA.	HELENICE STAFF
5146	28	M E T	ARTES VISUAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: EXPERIÊNCIAS SIGNIFICATIVAS E VIVÊNCIAS CORPORAIS.	FERNANDA LUGATTO
5147	28	T	COMO EXPLORAR A ARTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL	ARIANE HECHT
5148	28	N	"A IMPORTÂNCIA DO SEU TRABALHO NA EDUCAÇÃO DOS ALUNOS" - PALESTRA DINÂMICA	VERA PODER
5149	29	N	CAIXA DE CONTOS - QUEM CONTA UM CONTO AUMENTA UM PONTO- OFICINA PRÁTICA	AUREA FERNANDES
5150	30	N	OFICINA DE ARTES COM A COLA PRITT - PROJETO: UMA CAIXA FORRADA COM A TÉCNICA DE SCRAPBOOK	MAYARA E VIVIANE

M= manhã (8h às 12h) • T = tarde (13h30 às 17h30) • N = noite (18h às 22h)

Tabela de cursos sujeita a alterações. Para consultar a lista atualizada, acesse o nosso site: sieesp.com.br

Para o curso ser confirmado necessitamos no mínimo de 15 pessoas inscritas.
A confirmação dos cursos será com 2 dias de antecedência.

LOCAL: Rua Benedito Fernandes, 107 - Santo Amaro - São Paulo - SP
Informações e inscrições: (11) 5583-5555 ou 5583-5500

Cantinas Do Tio Julio

Administradora de cantinas da rede particular de ensino em todo o Brasil.



VOCÊ NÃO CONHECE?

Acesse:



www.facebook.com/cantinas.tiojulio
www.facebook.com/juliocesar.salles.3192
www.cantinasdotiojulio.com.br

Faça seu contato:

cantinasdotiojulio@ig.com.br





Muito mais que Contabilidade, soluções completas em Gestão para sua Instituição de Ensino.

A Meira Fernandes é uma empresa especializada na prestação de serviços para Instituições de Ensino nas áreas de Finanças, Contábil, Fiscal, Pessoal, Legal, 3º Setor e Tributário.

Atuando há mais de 35 anos em Gestão e Soluções na área educacional e presente em mais de 8 estados e 56 municípios, estabelecemos uma relação baseada em confiança, eficiência e transparência com nossos mais de 700 clientes.

Nosso objetivo é maximizar os lucros e resultados da sua Instituição de Ensino, através do desenvolvimento e aplicação de soluções adequadas ao seu perfil.

A Qualidade que você procura com a Confiança que você precisa

Finanças

Contábil

Fiscal

Pessoal

Legal

3º Setor

Tributário

11 3513-5000

comercial@meirafernandes.com.br

www.meirafernandes.com.br



Gestão e Soluções
para Instituições de Ensino